



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

1  
A  
7

**ACTA Nº3/2014**  
**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA 30 DE JUNHO DE 2014**

----- Aos 30 dias do mês de Junho de dois mil e catorze, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Alijó. -----

----- Dos trinta e cinco membros que a compõem, faltou a Senhora Presidente da Assembleia, bem como os Senhores Deputados Humberto Santos Barbosa, Alexandra Cardoso, Hélder Furtado e João Vilela. As senhoras Deputadas Maria de Jesus Elias e Sónia Pinheiro chegaram à reunião às 15.27h. O senhor Deputado Lauindo Miranda, após o reinício da sessão às 17.45h, chegou à mesma às 18.12h. -----

----- Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o os Senhor Vice-presidente José Rodrigues Paredes, em substituição do Senhor Presidente da Câmara, bem como os Senhores Vereadores Cristina Ribeiro Felgueiras, João Gouveia da Costa, António Joaquim Fernandes e Luís Miguel Rodrigues. -----

----- A sessão foi presidida pelo 1º Secretário, Mário Vaz, em substituição da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, e secretariado por Fátima Barros (2ª secretária) e pela Senhora Deputada Glória Veiga. -----

----- Havendo "quórum" foi pelo Senhor Presidente declarada aberta a sessão quando eram 14.45 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA**: -----

----- **UM:** Exposição do Senhor Presidente da Câmara – *Apreciação, nos termos da alínea c) n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09;* -----

----- **DOIS:** *Aprovação dos Ajustamentos Contratuais e respectivas adendas referentes aos Contratos de Empréstimo – Reequilíbrio Financeiro – CGD e CA;* -----

----- **TRÊS:** *Aprovação do Ajustamento do Plano de Ajustamento Financeiro, por actualização do Quadro VII e XII;* -----

----- **QUATRO:** *Relatório do Plano de Ajustamento Financeiro/Saneamento Financeiro – nos termos do art.º 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28/08 e alínea c) do n.º 4 do art.º 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01;* -----

----- **CINCO:** *Comemoração dos 500 anos do Foral da Vila – Debate proposto em Conferência de Representantes;* -----

----- **SEIS:** *Proposta de nomeação do Auditor Externo – Certificação Legal de Contas – Revisor Oficial de Contas – nos termos do n.º 1, do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 03/09;* -----

----- **SETE:** *Eleição de dois elementos para integrarem a Comissão alargada da CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens;* -----

----- **OITO:** *Aprovação de colocação de sinais de trânsito na zona envolvente do Conjunto Habitacional de Alijó – nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09;* -----

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

----- **NOVE:** *Procedimento para aquisição de pneus para viaturas Municipais - Tomar conhecimento, no âmbito da autorização genérica para dispensa de parecer prévio.*-----

----- Feita a chamada, o **SENHOR PRESIDENTE** deu conhecimento da correspondência recebida, informando: -----

- a) Da entrada da declaração de voto do Grupo Municipal do PS referente à Moção "Oposição ao encerramento do serviço público de Finanças em Alijó", que foi objecto de votação na última sessão, e que já se encontra transcrita na acta. -----
- b) Que o Senhor Deputado Humberto Barbosa apresentou justificação de falta à sessão do dia trinta de Abril. -----
- c) Que os Senhores. Deputados Telmo Pinto, Maria de Jesus Elias, Hélder Furtado, Laurindo Miranda e José Ribeiro não apresentaram justificação de falta à última sessão. -
- d) Que deu-se cumprimento ao disposto no art.º 30.º, n.º 1 h), da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, relativamente ao Senhor Deputado José Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede de Ribatua. -----
- e) Que o Senhor Deputado Domingos Aurélio Henriques apresentou atestado de residência, pelo que deverá a Secção de Recursos Humanos ter tal facto em consideração para pagamento das suas deslocações, com efeitos a partir da presente sessão. -----
- f) Do ofício do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a acusar a recepção da aprovação da moção "No combate ao Cancro todos somos poucos em defesa dos doentes oncológicos", informando que o documento foi enviado para a Coordenadora dos Deputados do PS na Comissão Parlamentar de Saúde. -----
- g) Do ofício enviado para conhecimento da aprovação, por unanimidade, do "Apelo em defesa da Escola Pública". -----
- h) Do ofício enviado ao Senhor Presidente da Câmara com a deliberação aprovada na última Assembleia – "Recomendação ao executivo Camarário de realização de Auditoria Externa à situação económica e financeira do Município". -----
- i) Do convite dirigido à Presidente da Assembleia Municipal pela Associação Nacional de Municípios Portugueses para a celebração dos 30 anos da associação que decorreu no dia 20 de maio em Coimbra. -----
- j) Do ofício da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alijó para efeitos de substituição de dois elementos representantes da Assembleia Municipal em virtude de os anteriores cessarem funções em 4 de Julho, por decurso do prazo legal, pelo que, conforme ponto 7 da Ordem do Dia de hoje, será feita a respectiva eleição. -----
- k) Do convite do Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal de Mirandela para o III Seminário sobre a Democracia Local, convite que foi dado conhecimento a todos os Senhores. Deputados desta Assembleia, por mail que lhes foi dirigido pela Senhora<sup>a</sup> Presidente da Assembleia em 16-05, 21-05 e 01-06, respectivamente. -----
- l) Do envio da publicação respeitante aos 30 anos de actividade da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-05-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Doslumbrante Património Natural

- m) Do convite dirigido pela Gran Cruz Porto à Presidente da Assembleia Municipal para a inauguração da nova Adega e Centro Logístico de Armazenagem em Alijó. -----
- n) Do mail do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, para efeitos de conhecimento do Projecto de Resolução n.º 1062/XII/3.ª sobre a recusa à introdução de portagens na Auto-Estrada Transmontanas, o qual foi reenviado a todos os Senhores Deputados em 16 de Junho pela Presidente da Assembleia Municipal. -----
- o) Do ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses acompanhado da oferta do livro “Ser Autarca, Missão e Desafios” editado pelo Professor Doutor Sidónio Pardal, de que se acusou recepção e agradeceu. -----
- p) Do requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Cláudio Miguel Cruz Vilela em 24 de Junho, no qual solicita o envio de documentos para a presente Assembleia em suporte de papel e a retirada do ROM de todos os seus dados e credenciais de acesso, por não os utilizar, por falta de segurança e privacidade do Repositório, requerimento esse a que já foi dada resposta. -----
- q) Do mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, para conhecimento da apresentação que fizeram na Assembleia da República de um projecto de resolução que visa recomendar ao Governo que não proceda à privatização da Empresa Geral de Fomento SA., o qual foi reencaminhado a todos os Senhores Deputados desta Assembleia pela Presidente da Mesa em 26.06. -----
- r) Da recepção do jornal “A Voz das Misericórdias”, do Jornal do STAL e da Associação Portuguesa de Deficientes.-----
- s) Da recepção das minutas aprovadas e documentos da reunião de Câmara de 07.05.2014, 15.05.2014, 03.06.2014, 20.06.2014 e 26.06.2014- das atas de reunião de Câmara de 22.04.2014, 07.05.2014, 15.05.2014, 03.06.2014 e 20.06.2014.-----

“A Mesa propõe um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Augusto Rodrigues. O Senhor Manuel Augusto Rodrigues foi Presidente da Junta de Freguesia de Cotas durante três mandatos e Secretário da mesma Junta em mandato posterior àqueles.

Quem o conheceu – e muitos de nós o conhecemos – sabe que o Senhor Manuel Rodrigues exerceu de forma exemplar e séria as suas funções. Foi um homem dedicado às causas da freguesia e do concelho e era por todo considerado.-----

Do voto de pesar que aqui propomos deverá ser dado conhecimento à família na pessoa da sua viúva, Exma. Senhorª D.ª Maria Amélia Mesquita Rodrigues.-----

A Mesa propõe também um voto de recuperação rápida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

Ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade. -----

De seguida colocou em discussão a acta da reunião da assembleia do dia 30.04.2014 e deu a palavra aos Senhores Deputados para se pronunciarem sobre a mesa, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Luís Lameiras, Cláudio Vilela e Laureano Guedes. -----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** Cumprimentou o Senhor Presidente, as Senhoras Secretárias, o Senhor Vice-presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o Público presente e disse:-----

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

4  
9

“Com todo o respeito que merece esta Assembleia, vou tecer algumas considerações relativamente à forma como foi conduzida a derradeira sessão desta Assembleia e, por consequência, a forma como se desenrolou”.

----- **O PRESIDENTE DA MESA** *interpelou* o Senhor Deputado, questionando-o se gostaria de sugerir alguma alteração à acta.

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS)**: Respondeu que gostaria de apresentar um protesto pelo que aconteceu e disse: “Esta minha dissecação visa tão-somente corrigirmos aquilo que corre menos bem, para depois fazermos melhor, com o fim último de elevarmos o patamar desta Assembleia, que deve ser de excelência, e, portanto, com o objecto central de discutirmos questões políticas relevantes e pertinentes, com vista ao desenvolvimento e ao progresso do nosso concelho. Estas sim são a essência, a razão de ser de estarmos aqui.

Queria ressaltar o facto de que jamais me passou pela cabeça ou foi minha intenção fazer a crítica pela crítica, mas sim de acordo com aquilo que enunciei anteriormente.

Na última sessão desta Assembleia, assistimos a um manancial infindável de perguntas e respostas no que diz respeito ao facto de os Senhores Deputados, Cláudio Vilela, Fernando Sousa e eu próprio termos dito que não tínhamos tido acesso à acta relativa a 28 de Fevereiro e que, supostamente, se deveria encontrar no Repositório Online Municipal.

Foi, portanto, posta em causa a veracidade das nossas afirmações, com especial enfoque, nas afirmações do Senhor Deputado Cláudio Vilela.

Foi chamado a esta Assembleia o Senhor Engenheiro Elias, para nos dar algumas explicações técnicas relativamente àquilo que poderia ter acontecido com a referida acta.

Após a explicação técnica do Senhor Engenheiro Elias, assistimos aqui a uma espécie de iconoclastia no que concerne à pessoa do Senhor Deputado Cláudio Vilela. Este cenário mais parecia uma espécie de julgamento sumário em que o réu não tinha advogado de defesa.

Depois, queria ainda salientar e reforçar a declaração de voto do P.S., entregue por escrito, cuja mesma se refere à moção apresentada pelo PSD, com o título: “Oposição ao Encerramento de Serviço Público de Finanças de Alijó.”

Esta moção foi posta à votação da Assembleia e nem sequer houve lugar, para que a mesma pudesse ter sido discutida e melhorada.

Não se percebe e não se compreende o porquê dessa atitude, pois é na partilha e no debate de ideias que “o mundo pula e avariça” e o P.S. contribuiria, com certeza, se tivesse havido discussão da moção, para que isso acontecesse”.

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS)**: Cumprimentou o Senhor Presidente da Mesa e as Sras. Secretárias, o Senhor Vice-presidente da Câmara, os Senhores. Vereadores, os Senhores. Deputados e o público presente e solicitou que nas páginas trinta e dois e trinta e três, aquando da moção sobre o serviço de Finanças, solicitou intervir nesse ponto e não lhe foi autorizado pela Senhora Presidente da Mesa. Pediu que ficasse registado em acta esta recusa e que as suas declarações fiquem em acta de modo a não se repetir esta situação.

----- **DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS)**: Cumprimentou o Senhor Presidente da Mesa e as Sras. Secretárias, o Senhor Vice-presidente, os Senhores. Vereadores, os Senhores. Deputados e o Público presente e disse que no momento não sabia precisar a página do que

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

5

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** Solicitou novamente a palavra para pedir uma alteração na página trinta e um, onde se lê Deputado Fernandes, deve ler-se Vereador. Questionou também se a parte que solicitou que fosse corrigida o iria ser ou não. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Respondeu ao Senhor Deputado Cláudio Vilela que iria certamente ser corrigida. Colocou a votação a aprovação da acta da reunião de 30.04.2014, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor e três abstenções, nomeadamente dos Senhores. Deputados Luís Lameiras, José Ribeiro e Telmo Pinto. Deu a palavra ao Senhor Deputado Telmo Pinto depois de este a ter solicitado. -----

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** Solicitou a palavra para justificar que a sua abstenção se devia ao facto de não ter estado presente na reunião anterior. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA** introduziu o período de antes da ordem do dia e abriu inscrições, tendo-se inscrito os Senhores. Deputados António Lousa, Luís Lameiras, Telmo Pinto, Cláudio Vilela, Laureano Guedes, Samuel Cunha, Vítor Sequeira, Domingos Henriques, Alceu Costa, Eduarda Sampaio, Filomena Nogueira e Fátima Barros. -----

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** Cumprimentou a Mesa, o Senhor Vice-Presidente, os Senhores. Vereadores, os Senhores. Deputados e o público presente e disse:-----

Queria explicar a não presença do líder da bancada do PSD. A sua justificação é por motivos profissionais. Como foi público, a empresa onde trabalha foi alvo de uma grande requalificação e hoje, a esta hora, está a ter uma reunião com as novas chefias. Por isso era-lhe impossível estar presente. As desculpas por ele não estar presente. -----

A bancada do PSD e o partido lamenta o grave acidente que o Senhor Presidente foi sujeito. Felizmente a sua recuperação está a ser muito boa. Os nossos desejos de melhoras e que rapidamente nos honre com a sua presença. -----

De saudar que tivemos a presença no nosso concelho de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, a convite de uma entidade privada, Gran Cruz, para inaugurar a sua adega e o seu centro de logística, cujo investimento é superior a dezasseis milhões de euros. Ficamos felizes porque estas iniciativas aconteçam e que o nosso concelho consiga atrair cada vez mais investimentos. -----

Vou falar da parte Norte do concelho, porque também é notícia e tive conhecimento num órgão de comunicação social nacional, numa revista que saiu num jornal num sábado, onde se falava de empreendedorismo. Fiquei muito contente por ver duas páginas dedicadas ao concelho de Alijó, na pessoa do meu colega de bancada, Samuel Cunha. Fico muito feliz porque o concelho seja reconhecido, por boas causas, por uma empresa que transmite investimento; tenta dar bom nome a este concelho e tenta por na ordem do sucesso. Muito obrigado. -----

Falando do Norte do concelho, dar os meus parabéns à população de Vila Verde. Mais uma vez, no Corpo de Deus, deram-nos uma lição de cultura popular, sem encargos monetários para o município, com os seus excelentes quadros em flores naturais, por todas as ruas da freguesia. Eles ficaram um bocadinho decepcionados com o nosso não apoio político e até tenho a lamentar uma frase que eu ouvi lá, "que os políticos só se lembram de Vila Verde quando é para comer". Não gostei muito de ouvir, mas se calhar têm toda a razão. -----

Queria fazer uma pergunta à Senhora Vereadora da Cultura, tendo em conta que estamos a acabar o ano lectivo e o património escolar não está activado. Não sei qual será o

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

aproveitamento dele. Quais são as *démarches* para nós conseguirmos recuperar esse património, conseguirmos pô-lo ao serviço das comunidades e não deixar que continue o estado de degradação a que chegou? Por isso, gostava desse esclarecimento. -----

Era prática no passado que as obras tivessem uma fiscalização deficiente. E nós apelamos a este Executivo que faça uma fiscalização rigorosa, para que no concelho de Alijó não haja obras ilegais. Temos conhecimento de algumas reclamações e nós gostávamos de saber que esta prática não fosse recorrente. -----

Outro caso que nos chegou foi o problema da luz. Eu não sei se é da competência da Câmara ou das Freguesias. Mas acho que quem faz a marcação de desligar ou não ligar alguns pontos de luz é da competência da Câmara. Se não for, peço desculpa se estiver errado, mas na freguesia de Vila Chã, mais propriamente na Chã, há um desligar de uma parte total da Aldeia. A sugestão que as pessoas de lá põem, como é uma grande extensão, sobretudo na estrada nacional, que fosse desligado ponto sim, ponto não. Não sei se isso tecnicamente é possível, mas se for, agradecia. -----

Queria felicitar este Executivo pelo plano de limpezas que tem levado nas estradas municipais ao cuidado do Concelho. Mas, chamaram-me à atenção para um caso no Campo da Aviação. O anterior Executivo colocou lá uma rede envolvente a toda a extensão do campo e com o passar do tempo foi-se criando giestas, que começaram a crescer, envolvendo a própria rede. Como a rede está revestida em material de borracha, se há um incêndio, a rede ficará sem recuperação. Se fosse possível dentro dos possíveis e dentro do pessoal que existe, fazer uma limpeza adjacente a toda a rede. Para já era tudo. Obrigado. -----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** Cumprimentou novamente os presentes e disse: "Eu peço desculpa, porque há pouco era para lamentar aquilo que sucedeu ao Presidente da Câmara e passou-me por completo e desejar e fazer votos para que tenha rápidas melhoras. ---

Na passada sessão desta Assembleia aflorei aqui uma questão que tinha a ver com a Banda Filarmónica de São Mamede de Ribatua. E agora vou falar muito rapidamente acerca desta banda, para vos dizer a todos que no dia 3 de Maio, uma Banda Filarmónica de São Mamede participou num festival de bandas nacionais, onde obteve um honroso terceiro lugar. Apelava também aos Senhores. Presidentes de Junta e aos Senhores. e Sras. Deputados, à Senhor<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro da Cultura em particular, para que junto dos habitantes do nosso concelho, particularmente Comissões de Festas ou Instituições, no sentido de as Comissões de Festas e as Instituições contratarem as nossas Instituições Culturais, pois nesta altura vivem com grandes dificuldades. -----

Depois, queria-me reportar à questão do Teatro Auditório Municipal. Ora, o Teatro Auditório Municipal é uma obra de referência do nosso concelho, realizada pelo Partido Socialista. Ele é a catedral da cultura do nosso concelho. Mas como todos nós bem sabemos, o Auditório encontra-se encerrado, julgo que há dois meses. Sabemos também que supostamente caíram umas lâmpadas e que as licenças de espectáculo caducaram em Março e não foram renovadas. Sabemos que tem havido uma insistência muito grande por parte dos Vereadores da oposição, para visitarem o local, para se inteirarem daquilo que de facto acontece. E só ao fim de algum tempo considerável é que de facto essa situação veio a acontecer, isto é, a visita dos Vereadores da oposição àquele local. -----

Depois, queria-me reportar aqui a uma notícia que a Senhora Vereadora da Cultura deu, uma entrevista, um esclarecimento, junto da "Voz de Trás-os-Montes". E para justificar o

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

100  
7  
107

encerramento do Auditório diz assim e passo a citar: «Será necessário uma grande intervenção, com um investimento rigoroso, para fazer face a alguns problemas estruturais que o edifício tem desde a sua construção. O Auditório tem problemas de humidade desde o seu início, mas o anterior Executivo nunca teve vontade de o resolver». E eu questiono a Senhor<sup>a</sup> Vereadora da Cultura. Então não foi Vereadora na oposição entre os anos de 2005/2009? Se o Auditório tem problemas desde a sua fundação, porque é que nessa altura, quando foi Vereadora da oposição, não pôs esta questão em reunião de Câmara? E pergunto-lhe também, se não acha que a posição que está a ter agora não é paradoxal, por analogia, com a posição que teve durante o tempo que foi Vereadora na oposição? -----

E diz também que, apesar do encerramento, garante que o Concelho não está privado da sua forte actividade cultural, decorrendo a várias iniciativas em locais alternativos, como por exemplo a biblioteca e as salas de espectáculos de Favaios e de São Mamede. Senhor<sup>a</sup> Vereadora, esta actividade cultural a que se refere, sempre existiu no nosso concelho, mesmo com Auditório aberto. Por exemplo, fala da sala de espectáculos de São Mamede e em especial do Grupo de Teatro de São Mamede e do Grupo de Cantares de São Mamede. E eu digo-lhe que esta actividade, quer do Grupo de Teatro, quer do Grupo de Cantares sempre existiu naquela sala de espectáculos. Faz parte da actividade cultural ao longo do ano, destes grupos. -----

Depois, mas já que diz que apesar de estar fechado o Auditório, a actividade cultural do Concelho não tem cessado, eu rememoro-lhe o seguinte: por altura da Páscoa, a Banda Filarmónica de São Mamede viu-se privada de fazer ali o seu habitual concerto, que já desde há alguns anos desta parte ali dá o concerto de Páscoa. E por não haver alternativa teve de fazê-lo no Auditório Municipal de Mirandela. Depois, por isso, é urgente que se resolva esta questão, para que o auditório volte a funcionar em pleno, como sempre funcionou e para que a população do nosso Concelho não seja privada de um bem inestimável como é a cultura. Tenho dito". -----

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** Começou por cumprimentar a Mesa, o Senhor Vice-presidente, os Senhores. Vereadores, os Senhores. Deputados Municipais e o Público presente e disse: "Começaria por referenciar que tenho aqui uma recomendação à Mesa, para ser votada aqui em Assembleia e tenho uma moção, que por uma questão prática poderia entregar à Mesa se assim o entendesse, para não ser fastidioso estar aqui a lê-la e depois a Mesa entenderia se a deveria ler, ou não, quer a moção, quer a recomendação. Portanto, fico desde já disponível para o que a Mesa assim o entender para não estar aqui a ler ou se acham que deva apresentar quer a recomendação, quer a moção, assim o farei se assim o entenderem". -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** O Senhor Deputado é que vê qual será a melhor forma de proceder. -----

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** "Pronto, eu apresento, se calhar e depois entrego o documento à Mesa. Relativamente à Recomendação o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta a seguinte Recomendação: -----



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural



*Grupo Municipal do Partido Socialista de Alijó*

### ***Recomendação***

Depois da chamada reforma administrativa do poder local, em que se integra a liquidação de algumas freguesias do nosso concelho que é inseparável da ofensiva com vista à subversão do poder local democrático, conquista de Abril, e do ataque geral contra as freguesias mais desfavorecidas, a coberto e sob o pretexto das condições financeiras e económicas desta câmara.

Considerando que a acção política desenvolvida pelo actual executivo, é dirigido para condicionar financeiramente o poder das freguesias impondo não apenas a redução dos serviços que as freguesias prestam às populações mas também uma forma indirecta de diminuir recursos e meios que lhe seriam devidos.

Considerando um ataque que visa a liquidação da autonomia do poder local, demonstração do modelo que esta câmara pretende impor, assente na transformação das freguesias em meras dependências da sua administração, desprovidas de meios humanos e financeiros e sob a sua tutela à maneira do antigamente.

Considerando que é uma afronta ao poder local, afrontando a constituição da Republica Portuguesa é na sua essência um programa de agressão ao concelho, às populações e as suas condições de vida, indissociável da liquidação de direitos e de serviços públicos essenciais que esta câmara vem prosseguindo, condenando ao declínio muitas freguesias.

Considerando que ao contrario do reforço da coesão, dos ganhos de eficiência e de escala, da melhoria da prestação dos serviços públicos, representará um enorme empobrecimento democrático, o enfraquecimento da representação dos interesses e aspirações das populações que a presença nos órgãos autárquicos assegura, o aprofundamento das assimetrias e perda de coesão territorial, social e

*Assembleia Municipal de Alijó de 30 de Junho de 2014*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*





ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

9  
*[Handwritten signature]*



*Grupo Municipal do Partido Socialista de Alijó*

económica, o abandono ainda maior das populações, o acentuar da desertificação e da ausência de resposta aos interesses populares e à satisfação das suas necessidades.

Considerando que a luta em defesa das freguesias é inseparável da defesa mais geral do poder local e da luta pela ruptura com a política seguida até aqui, pela rejeição da política da desculpa e por uma política alternativa, patriótica e democrática...

O grupo Municipal do Partido Socialista pede, exige e dá urgência tão necessária e importante medida que é a transferência de recursos financeiros para as respectivas freguesias do concelho.

Declaramos aqui a nossa luta em defesa das freguesias, que passa pela reafirmação do papel e identidade própria de cada uma delas, pela mobilização das populações em sua defesa e pela reafirmação do compromisso de devolução das freguesias as suas populações.

O partido socialista muito se orgulha, e declara-se como a única força que de forma coerente se tem batido em defesa das freguesias do concelho e consequentemente do poder local democrático.

Pelo Grupo municipal

*[Handwritten signature]*

Esta é uma recomendação que gostaríamos de propor à votação e apresentava a Moção e entregava os dois documentos: -----

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

10  
*[Handwritten signature]*



Grupo Municipal do Partido Socialista de Alijó

## MOÇÃO

A região demarcada do Douro, assim como os lavradores durienses vivem em grandes dificuldades, consequência das políticas governativas aplicadas até ao momento. Degrudou-se a situação económica, financeira, associativa e até a imagem da Casa do Douro a limites extremos impensáveis há poucos anos.

Perante esta situação o grupo municipal do Partido Socialista do concelho de Alijó, propõe a seguinte deliberação:

1. Criticar a forma como o atual governo tem tratado a Instituição Casa do Douro, mas sobretudo os seus lavradores que dela fazem parte.
2. Declarar a nossa posição à tentativa de extinção da Casa do Douro, considerando a sua real importância como um único e capaz representante da lavoura duriense.
3. Reclamar um verdadeiro e efetivo diálogo entre todas as instituições regionais no sentido de tomar medidas que se adequam à viabilização económica e financeira da Casa do Douro.
4. Recomendar o executivo desta Câmara Municipal que dinamize ativamente ações na defesa dos vitivinicultores, numa perspetiva de valorização da sua principal atividade económica, que é a vitivinicultura.
5. Manifestar a total e absoluta discordância naquilo que se adivinha como um negócio ao encontro de interesses instalados, prejudicando seriamente a instituição Casa do Douro, a lavoura, os lavradores e o riquíssimo património histórico da região.

Lutamos pela dignificação e legitimidade de todos os lavradores durienses, fazendo jus à mais antiga região demarcada do mundo, património da humanidade.

*[Handwritten signature]*

*Assembleia Municipal de Alijó de 30 de Junho de 2014*

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

17  
*[Handwritten signature]*

Gostaria também, depois destes dois assuntos tratados, gostaria então de tratar de um terceiro assunto, que tem a ver com aquilo que tem sido público também, relativamente ao encerramento de escolas no país e referencio-me a uma pergunta muito objectiva para a tutela do ensino em termos concelhios. Tem a ver com a acta da Câmara Municipal de Alijó, n.º 11 de 2014, em que refere que vão ser encerradas as escolas de Santa Eugénia, Vilarinho de Cotas e São Mamede e que as mesmas, eu acho que já não existem. Estamos a falar do primeiro ciclo. Suponho que a Senhor<sup>a</sup> Vereadora estava-se a referir ao pré-escolar. Queria fazer um apelo e referenciar aqui dois ou três aspectos que eu considero importantes relativamente ao encerramento destas três escolas do pré-escolar. O resultado delas existirem foi um esforço do antigo executivo camarário e que de facto, considerando três aspectos que para nós são importantes e que gostaria que eles fossem lembrados. Uma das situações tem a ver com a idade das crianças em causa que frequentam essas escolas. Depois também, em que condições é que as mesmas poderão ser transportadas para outras escolas, pois trata-se de uma faixa etária enfim, com algum risco a este nível e pensamos que a acontecer isso é efectivamente um retrocesso na oferta educativa concelhia, em que nós, desde já, muito lamentamos. Muito obrigado, tenho dito". -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** "Eu queria falar um pouco sobre a vinda do Senhor Secretário de Estado ao Pinhão para a assinatura do contrato de obras para o cais do Pinhão. Acontece que, recentemente, fui contactado por algumas pessoas do Pinhão e outras do concelho, inclusive depois perguntei aos nossos representantes da Assembleia de Freguesia do Pinhão se tinham algum conhecimento daquilo que se estava a passar acerca do projecto. Então esses populares diziam que consta que no Pinhão, todo o cais, ou seja, toda a frente ribeirinha na praia do Pinhão, vai ser construída um cais de barcos de grandes dimensões. Ou seja, os barcos pequenos iriam passar para a foz do rio Pinhão e no fundo iria ser construído um cais de maiores dimensões para os barcos grandes ficarem na frente ribeirinha do Pinhão e inclusive também na margem do concelho de Sabrosa. -----

De facto, nós consideramos que é essencial criar mais condições de atracagem para barcos no Pinhão, porque é o desenvolvimento de todo o concelho que está em causa, porque ali é uma das portas de entrada para o turismo na nossa região, mas no entanto, há que salvaguardar algumas situações. -----

Nesse sentido, foi sempre entendimento dos Executivos do PS, quer Município, quer Freguesia, que as obras de reabilitação do cais do Pinhão tinham de conciliar os interesses dos residentes e os interesses dos operadores fluviais. Nesse sentido foram realizadas várias reuniões com o IPTM, a CCDR, no Pinhão, onde ficou bem claro que as autarquias locais, Município e Freguesia, não abdicavam dessa exigência. -----

Consequentemente, o que ficou assegurado, seria apenas o reforço da actual plataforma do Pinhão e a construção de uma plataforma do lado de Sabrosa para absorver o aumento do tráfego dos barcos-hotéis. Em hipótese alguma admitíamos fechar visualmente a praia do Pinhão, privando assim os residentes e os turistas da principal mais-valla dessa paisagem. -----

Nessa apresentação no Pinhão, queria também salientar que o Senhor Secretário de Estado apresentou como sendo uma bandeira, e desde já lamento, a introdução de portagens na A4, que por acaso ainda não se encontra construída na sua totalidade, porque foi o mesmo governo que mandou parar as obras. Portanto, é lamentável que utilizem o nosso concelho para fazer uma apresentação deste género, dando a entender que nós estamos, no fundo, um pouco ligados também a essa introdução de portagens, o que não é verdade. -----

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

72

Queria também, já agora, falar um pouco sobre a vinda do Senhor Presidente da República aqui ao nosso concelho, para inaugurar a adega da Gran Cruz, ali no Alto da Giesteira. De facto, uma mais-valia para o nosso concelho, porque é mais uma empresa a laborar, é mais criação de postos de trabalho, é mais um local de escoamento para o principal produto da região, que é o vinho, para os nossos agricultores é mais uma opção. Mas, ouvi aqui há pouco falar que foi um convite privado por parte dos administradores da Gran Cruz. Tudo bem, não estamos contra isso e talvez seja por isso que está explicado que não foi divulgado, nomeadamente pelos eleitos locais, representantes do povo nesta Assembleia Municipal a vinda do mais alto representante da Nação aqui ao nosso concelho. Eu penso que nestes casos deve ser divulgado por todos os eleitos, uma vez que todos eles representam o povo. -----

No entanto, queria também deixar aqui outra nota. Foi uma inauguração privada. Um convite privado. Mas no entanto, gastam-se dinheiros do erário público. E vou salientar as forças de segurança, nomeadamente a GNR e as Forças Armadas, o corte de estradas públicas para realizar essa inauguração, a proibição dos nossos agricultores irem aos seus terrenos nesse dia porque estava a decorrer uma inauguração, o condicionamento do tráfego na nossa variante e inclusive o estado da alerta e de prontidão em que foi colocado o hospital de Vila Real tudo por causa do Senhor Presidente da República, causando prejuízo aos utentes do Serviço Nacional de Saúde do nosso distrito. -----

Tanto no primeiro caso como no segundo temos presente a marca ideológica do PSD e da sua política de direita, a defesa dos grandes contra os pequenos. Forte contra os mais frágeis e fraco contra os grandes interesses económicos e financeiros. -----

Já agora e atendendo que há uma boa relação com a Câmara e só pode haver uma boa relação da Câmara com as empresas privadas da região, porque também elas são frutos de riqueza da nossa sociedade, eu aproveitava para solicitar ao Senhor Vice-presidente, que nessas conversas com a administração da Gran Cruz, fizesse um esforço no sentido de fazer com que a Gran Cruz fizesse alguma coisa contra aquela lixeira que tem a céu aberto em Sanfins do Douro, que são as instalações da Adega Cooperativa de Sanfins, da qual, a Gran Cruz é proprietária. Ou seja, no momento faz-se uma inauguração de umas instalações novas com pompa e circunstância, colocam-se vasos, árvores e etc, que são retirados no dia seguinte para inaugurar e para chegar o Senhor Presidente da República e em Sanfins, junto do povo, ao lado das casas da população, as pessoas convivem diariamente com uma lixeira a céu aberto, com várias pragas que lá se encontram e com um aspecto visual que também representa para toda a nossa população". -----

----- **DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS):** Cumprimentou de novo os presentes e disse: "Não vou insistir numa questão que já levantei sinuosamente, com o Senhor Presidente da Câmara, na reunião anterior, falando da barragem do Tua. Não vou estar a insistir, porque seria um diálogo que eu gostaria de ter na continuidade da primeira pergunta que fiz ao Senhor Presidente, quando foi interrogado sobre quais os benefícios desta barragem do Tua para o concelho. Benefícios que gostaria de saber, eu sei que tem havido sessões de esclarecimento. Por outro lado, a barragem do Tua está aceite, a UNESCO já aceitou. O Património da Humanidade não vai ficar em causa, no entanto, eu gostaria que esta Assembleia, pelo menos pessoas como eu que não estão esclarecidas sobre os projectos que a EDP tem para desenvolver no âmbito socioeconómico local, eu gostaria de saber se entretanto a câmara tem acesso a esses empreendimentos, o modo como eles estão a ser feitos, porque eles estão bem definidos em textos divulgados pela EDP. -----

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

73

Bem, mas uma coisa é o que a EDP se propõe a realizar e outra é a natureza da concretização. Eu esperava que numa próxima reunião, o Senhor Presidente pudesse esclarecer-me pessoalmente sobre esta questão, para eu não ficar na ideia, com que muitos, muitos observadores têm ficado em relação à barragem do Tua e até intitulam a barragem do Tua destrói o Douro para rentabilizar o negócio de ventoinhas. E eu gostava de alterar esta imagem. Eu não defendo nenhuma causa de Verdes, mas uma coisa é certa, defendo uma causa do concelho de Alijó e mais ano, menos ano, vamos ter a invadir-nos postes de alta tensão, nas nossas terras e nas nossas localidades e vamos ver como é que isso será. O Deslumbrante Património Natural de Alijó com certeza também vai ficar afectado. E o nosso emblema é muito importante para uma imagem turística que andamos a defender, não só no Pinhão com a entrada virtual de um turismo enriquecedor, mas a verdade é que as pessoas quando nos visitam deviam deixar algo de benefício para a região. -----

Nós estamos fascinados com os empreendimentos que temos aí, como a Gran Cruz, etc, mas uma coisa é certa, isto, o resumo final, é que ficamos de mãos vazias e é uma resposta que eu gostaria numa próxima oportunidade". -----

----- **DEPUTADO SAMUEL CUNHA (PSD):** Começou por saudar a Mesa, o Executivo, os Senhores. Deputados e o público presente e disse: "Aproveitando o facto de falar a seguir, há aqui alguns assuntos que gostaria de ver corrigidos, de alguns colegas que falaram anteriormente. No entanto gostaria de dar os parabéns à freguesia e às suas pessoas de Vila Verde pelos lindíssimos tapetes de flores do Corpo de Deus, que ano após ano têm tido claros desenvolvimentos, um motivo para ser visitado por todos aqueles que apreciam aquele género de cultura popular. -----

Já se falou aqui do fecho das escolas. Efectivamente eu gostaria apenas de lembrar, porque às vezes as pessoas podem ter memória curta e o grande obreiro, infelizmente, do fecho das escolas públicas, foram todas nos últimos mandatos do último Executivo. No entanto, eu gostaria só de ressaltar, tendo em conta que este Executivo nada está a prever fechar, daquilo que sei, e portanto gostaria também de dar os parabéns ao Executivo por conseguir manter todas as escolas actuais. -----

Também gostaria falar das Finanças, porque foi durante muitas Assembleias falado sobre as Finanças de Alijó e a sua manutenção na Vila, gostaria também de dar os parabéns, pelo menos para já e a manter-se o que o Secretário de Estado chegou a tomar público, que não vai haver nenhuma repartição de finanças a ser encerrada. Vai haver sim, uma reestruturação. Portanto, isso é sempre muito bom sinal e gostaria de dar os parabéns ao governo por manter, pelo menos, a repartição de finanças aqui no Concelho. -----

Também já se falou aqui dos pórticos na A4 e na auto-estrada. Eu mais do que ninguém poderei ser um dos lesados com este custo para a nossa região. Logicamente que a auto-estrada veio também beneficiar muito, mas infelizmente, a introdução dos pórticos nestas ex-scuts ou nestas auto-estradas, infelizmente também foi no tempo do Primeiro Ministro José Sócrates. E portanto, por um lado foi ele que trouxe a auto-estrada, por outro lado também planeia e já estava planeado há muito tempo as suas portagens. -----

Também felicitar o cais do Pinhão e a sua reestruturação, um investimento à volta dos 900 mil euros e daquilo que eu sei também, isto tem a ver com um Plano de Reestruturação para a navegabilidade do Douro, onde estão afectos os cais da Régua, Pocinho, Lamego e Barca de

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

74

Alva e o Pinhão. Não penso que Sabrosa esteja incluído. No entanto, acho que é de louvar, porque o Pinhão vai sair grandemente beneficiado. -----

Gostaria também de pergunta ao Senhor Vice-presidente se nos poderia dar alguma informação referente à auditoria pelo IGF. Se já terminou, qual a sua resolução, o que é que nos poderá informar em relação a este assunto. -----

Referente à Gran Cruz também, não podemos esquecer, porque mais uma vez, as pessoas devem ter memória curta, no tempo em que o Senhor Primeiro-ministro veio cá, Pedro Passos Coelho e também marcou presença na Gran Cruz. Se não me engano, e espero não estar enganado, porque quero que nesta situação me corrijam, o único convidado também foi apenas e só o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alijó. Portanto, eu não sei se há grande diferença desde as últimas eleições para cá, acusar este Executivo de não querer representar o povo nestas ocasiões, eu acho que sendo a Presidente da Assembleia Municipal convidada e o Senhor Presidente da Câmara Municipal, acho que o povo está mais do que representado. No entanto, a Gran Cruz é uma empresa privada, eles convidam quem quiserem, têm esse direito, se eles têm ou tiveram motivos, se pediram para cortar estradas, etc., etc., efectivamente também devem ter pedido essa autorização e se houve custos também devem ser incutidos aos privados e não o público a pagar". -----

----- **DEPUTADO VÍTOR SEQUEIRA(PSD):** Cumprimentou a Mesa, o Senhor Vice-presidente e o restante Executivo, os Senhores. Deputados e o público em geral e disse: "Quería trazer aqui o resultado da reunião da última Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, em que resumidamente ficou estipulado para o ano de 2014, para o dispositivo especial de combate a incêndios florestais, a permanência de dez operacionais, com duas viaturas no CB de Alijó, cinco operacionais e uma viatura nos Bombeiros Voluntários de Cheires, cinco operacionais com uma viatura nos Bombeiros Voluntários de Favaios e cinco operacionais com uma viatura nos Bombeiros Voluntários de Sanfins do Douro. Basicamente é o dispositivo que está pronto para fazer face a este período crítico que se avizinha. Penso que é a informação que eu teria que trazer aqui e isto prende-se com a avaliação e aprovação do Plano Operacional Municipal para o ano de 2014, tendo em conta a operacionalidade dos meios disponíveis para a protecção e prevenção da nossa floresta contra incêndios no nosso Concelho". -----

----- **DEPUTADO DOMINGOS HENRIQUES (PS):** Começou por cumprimentar o Senhor Presidente em exercício da Assembleia Municipal e as Sras. Secretárias, o Senhor Vice-presidente e os Senhores. Vereadores, os Senhores. Deputados e o Público em geral e disse: "Vou começar por referir-me, embora um pouco tardio, dado que houve Senhores Deputados, concretamente Tozé Lousa e Samuel, que já fizeram a referência aos tapetes de Vila Verde. E assim é de facto, eu fico contente porque alguém reconhece o trabalho e o esforço e a dedicação daquelas gentes de Vila Verde, que ao longo dos meses, todos os anos se empenham, com primor e com alguma vaidade também, em ilustrar bem, o que é Vila Verde, sobretudo na parte que diz ao efeito das ruas do Cabo e da Capela. É uma rivalidade saudável, que sempre existiu e continuará a existir e espero que continue a existir, porque de facto, quando digo rivalidade é entre aspas, porque aquilo, ao fim e ao cabo andam toda a noite, quarenta a cinquenta pessoas em média, quer de uma rua, quer da outra e no final, todos se cumprimentam, todos tomam o seu cafezinho, todos comem o seu biscoito. Portanto, eu agradeço a antecipação dos Senhores. Deputados e de facto fico satisfeito pelo reconhecimento que demonstraram, que de facto demonstram bem os valores daquelas gentes. -----

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

76

Depois, também queria dar aqui uma mera informação, provavelmente muitos dos Senhores. Deputados aqui presentes, ou melhor, a Assembleia Municipal, eu há tempos dei uma entrevista na SIC, sobre um troço que vem de Fundões a Vila Verde. Tem sido uma guerra permanente, ainda com o Executivo anterior, porque a EP, a toda a força, a todo o afinco quer que a Câmara seja responsável por esse troço, isto é, responsável em termos de conservação e preservação. A Câmara na altura disse que não, que aquilo é da responsabilidade da EP. A EP contactou-me a mim, mais tarde, em que eu também disse a mesma coisa. Entretanto falei com o Presidente da Câmara, disse-lhe o que é que se passava. Perante uma transmissão de informação à SIC, a SIC fez uma diligência, uma investigação propriamente dito, com a EP. O que conseguimos levá-los lá ao local. Isto porquê? Porque de facto está ali um troço que está perdido, aonde foram gastos à volta de 200 mil euros, reparem que anda à volta dos 4/5KM e está esbarrado. E aquilo serve para quê? Aquilo serve como esconderijo para vandalismo, sobretudo na parte nocturna. Serve para roubos, como roubaram rede e rails, que foram desviados por esses indivíduos. E portanto, eu queria dar aqui uma informação à Assembleia, porque de facto eu ainda não fiz uma proposta para ser aqui aprovada, pela simples razão de que estou à espera de um feed-back da EP, porque se eles não avançarem com a abertura desse troço, provavelmente vou apresentar aqui uma proposta para ser aqui aprovada e ser enviada ao Senhor Ministro das Obras Públicas.

Por último, queria chamar à atenção do Senhor Vice-presidente, se me permite. Tive hoje conhecimento, felizmente, que já chegou, ou vai chegar, o asfalto aqui para a Câmara. Pedia-lhe mais uma vez, que não se esquecesse de facto da estrada do Freixo. Eu digo sinceramente, enfim, já não consigo lá ir, já não consigo passar. E portanto, gostaria que se disponibilizasse um camião ou dois, para que pelo menos aquela parte logo à entrada fosse asfaltada e que desse alguma dignidade de facto àquela empresa que está lá ao pé. Portanto era isso que eu queria pedir e não se esquecerem destes pedidos que já são sucessivos, mas esperando que satisfaçam este meu pedido para a Junta de Freguesia de Vila Verde. Muito obrigado".

----- **DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD):** Começou por cumprimentar a Mesa, o Executivo, os Deputados e o Público em geral e disse: "Tem sido minha preocupação desde a primeira sessão, trazer aqui assuntos que fogem um pouco ao âmbito político ou a preocupação política, mas sim que esbaram com os interesses, com o dia-a-dia do nosso povo, das nossas populações. E é nesse sentido que hoje volto a falar. Eu também tenho procurado deixar aqui uma mensagem, que é mesmo sem verbas, mesmo sem recursos é possível fazer-se muita coisa, essencialmente rentabilizando o pessoal que temos. Portanto, a minha mensagem e o meu reforço de apelo é para que o Executivo tente ao máximo rentabilizar o pessoal. E o pessoal pode até nem ser culpado se estiver ali sem fazer nada. É preciso que quem está à frente, quem manda, que os mande fazer. Portanto é importante que todas as secções e repartições funcionem como um todo e dentro de um plano de trabalho diário, permanente rentabilizar e poder fazer muita coisa, mesmo sem gastar dinheiro, porque nós sabemos que os recursos são muito escassos. -----

Nesse sentido, hoje gostaria de dizer que nós não devemos nunca, mas por nunca, esquecer aquilo que é essencial no nosso Concelho. Mais do que as posições políticas era fundamental que nos uníssemos preocupados com aquilo que é essencial. Preocupados com a desertificação, por exemplo, preocupados com a interioridade e tantas coisas mais. Penso que é consensual, é com certeza, que o futuro do nosso Concelho passa pela agricultura, pelo desenvolvimento da agricultura e pelo turismo. Isto é um dado adquirido que todos nós assumimos. E por isso eu gostaria mais uma vez de realçar aqui este aspecto. A parte da agricultura, especialmente dos caminhos vicinais. Todos nós sabemos e é importante que não

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

76

esqueçamos, que os caminhos vicinais são da competência das Juntas de Freguesia. Mas as Juntas de Freguesia, também sabemos, não têm verbas. Portanto, as Juntas de Freguesia que têm essa responsabilidade têm que essencialmente debater-se junto da Câmara, para que, lá está mais uma vez, utilizando os recursos humanos que tem, podemos preparar a recuperação de tantos caminhos vicinais, que eu penso, pelo menos daquilo que eu conheço, são uma lacuna quase constante em todas as Freguesias. -----

Também sei que neste momento não há nenhum programa de apoios financeiros para qualquer projecto de recuperação de caminhos vicinais, mas eu penso que isso não deve ser razão para estarmos parados. Era fundamental que exactamente nesta fase se estivessem a elaborar projectos e se é como era no tempo em que por aqui passei, os projectos de caminhos vicinais eram relativamente simples. Portanto, pegando no pessoal que temos aqui, tentar fazer projectos com uma Freguesia ou inter-freguesias, para quando abrisse um programa, podemos de imediato concorrer. Eu digo isto, desculpai-me a referência a este caso, mas por exemplo, nos Bombeiros de Sanfins, não há nenhuma candidatura neste momento aberta, mas nós já temos um projecto elaborado para quando abrir as candidaturas poderemo-nos candidatar. Penso que era assim que as Juntas de Freguesia deviam tentar fazer e pressionar naturalmente a Câmara para que lhes dê o apoio necessário. -----

Na parte do turismo há duas coisas muito importantes. Aliás há um trabalho que foi feito, lembro-me muito bem, do Senhor Padre Plácido, que tentou fazer um trabalho de recuperação dos circuitos arqueológicos. Portanto, era fundamental que na parte do turismo e lá volto eu, tirando partido do pessoal que temos, tentar elaborar circuitos turísticos a nível do Concelho, de todo o Concelho, quer na parte arqueológica, quer na parte de miradouros. Era fundamental ter isso mais numa interligação ou colaboração com aquilo que já é feito pelas quintas do Douro, que trazem os turistas e os levam só para as quintas deles. Ora, se houvesse um trabalho de colaboração entre a Câmara e as quintas, esses mesmos circuitos podiam ser aproveitados por esses autocarros que vêm e levar os turistas a visitar o nosso Concelho todo. -----

Terminaria ainda quanto à parte turística, e ides-me desculpar que relembre uma coisa que foi feita em anos e que tem estado agora parada, que é exactamente a Revidouro. A Revidouro, que inicialmente era Vidouro, pois a gente olha para a Revidouro e pensa que era um investimento muito caro. Eu gostaria de lembrar-lhes, se calhar muita gente não se lembra disso, mas foi real, a primeira Vidouro que houve, foi feita na altura, a Câmara gastou cento e vinte contos na elaboração de doze pavilhões. Custaram dez contos cada um. Foi a única despesa que a Câmara teve nessa elaboração. O que é que fez a Câmara? Pediu a colaboração do Ministério da Agricultura e foram feitas umas jornadas vitivinícolas. Pediu a colaboração do Senhor Bruce da Taylor, um homem extraordinário, com uma experiência fantástica, na elaboração desse projecto. Pediu a colaboração também dos Bancos e assim foi possível fazer não só uma exposição dos vinhos, na altura foi só do Concelho, mas foi o começo, foi possível fazer umas jornadas vitivinícolas, naturalmente coordenadas pelo Ministério da Agricultura, foi possível fazer um leilão de vinhos com o apoio dos bancos, quer dizer e mais, na parte de diversão, que todas as noites havia diversões e isto também gostaria de salientar, porque acho que é muito importante para dar vida e ser às Associações Culturais do nosso Concelho, todas as noites eram feitas, uma noite com os ranchos do Concelho, outra noite com as bandas do Concelho, outra noite com conjuntos do Concelho. Quer dizer, aquilo que havia no Concelho foi-lhes dada a possibilidade de vingar e de se fazer com quase sem dinheiro nenhum foi possível fazer uma Vidouro, que agora seria Revidouro. Eu gostaria que pensássemos seriamente, não para este ano, mas por exemplo já começar a pensar para o próximo ano, porque acho que no

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*





ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

77

âmbito do turismo era fundamental ter algo, quer dizer, nós vemos na televisão em Chaves, em Valpaços é em Santarém, quer dizer, há qualquer coisa que atrai. No nosso Concelho, honra seja feita era em Vale de Mendiz e em Carlão e agora a laranja em São Mamede. Quer dizer, há já tentativas nas Freguesias, mas a nível de Concelho, se calhar sem se gastar muito dinheiro, podíamos ter algo que começasse a dar nome ao Concelho de Alijó, que é como a gente vê, é a Feira do Fumeiro Vinhais. Ou seja, há qualquer coisa que chame à atenção dos Concelho. Nós temos de ser positivos e tentar também fazer algo neste Concelho, sem estar com a preocupação de ir buscar um grande artista que nos leva milhares de contos, temos que nos preocupar em dar vida às Associações do nosso Concelho e podemos fazer muito sem gastar grande dinheiro".

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Apelou ao poder de síntese dos Senhores Vereadores e deu a palavra à Senhora Deputada Eduarda Sampaio.

----- **DEPUTADA EDUARDA SAMPAIO (MAIS):** Começou por cumprimentar a Mesa, o Senhor Presidente em exercício, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o Público presente e disse: "Começo por me congratular com as melhoras do Senhor Presidente e desejar que ele rapidamente se estabeleça em pleno para poder assumir aqui nesta Câmara o seu lugar.

Quero também felicitar a câmara pelas limpezas que têm começado a surgir, principalmente numa das entradas deste Concelho, que é a Balsa. Aquilo estava de facto uma vergonha e já sei que há massa asfáltica, portanto, com esta limpeza já há menos risco de haver maiores acidentes, porque alguns já lá têm acontecido. Inclusive, eu também já tenho o meu carro numa garagem, possivelmente por causa de ter caído, por culpa minha, porque eu já sabia que lá existiam os buracos, mas distrai-me e caí lá num buraco que me deu cabo do meu turbo e agora vai ser uma fortuna, porque estas marcas depois cobram-se. De maneira que, acho que sim, nós estamos em crise, não há dinheiro, mas é uma boa aposta deste Executivo, começar por limpar as entradas deste Concelho. E agora que vêm as romarias e que arrastam não só os turistas locais, como alguns que vêm, imigrantes e de outras zonas, que possam de facto entrar sem ser com as giestas e os tojos na cara, se levarem os vidros abertos, porque de facto, algumas estradas como a de Francelos e da Balsa estavam de facto a precisar, como estava a da Sanradela e que agora, graças a Deus, já está em condições.

Lembro também ao Senhor Presidente em exercício, mas ele, como Vice-presidente tem mais esse pelouro, que a estrada de Cabeda para Cova de Lobos tem lá uma parede, que não é da Câmara obviamente, é de um particular, mas que põe em risco e pode dar-se ali um grave acidente, porque as pessoas começam a querer poupar e atalham e cada vez mais a estrada está muito deteriorada.

Quero também dar os parabéns não só a Vila Verde, porque de facto, eu este ano não estava presente, mas sei que foi espectacular, uma vez mais, os tapetes com que eles honram aquela data festiva religiosa, mas também a São Mamede pela Feira da Laranja. Disse, e bem, aqui o nosso colega deputado, Senhor Alceu, que já há nas Freguesias, algumas como a de São Mamede, Vila Verde com estas tomadas de posição e Vale de Mendiz, há que de facto apostar em algo em Alijó, porque foi assim que um Padre resolveu com as bruxinhas e mais uns chás, lançar aquela zona morta do Nordeste transmontano. E de facto, uns com alheiras, outros com caldo, outros com milhos, outros com cabrito, outros com o doce de Murça, nós temos que inventar, até porque nós temos um Concelho que é misto. Tem a parte Norte que é rica em cogumelos, em castanhas e temos a parte Sul que é rica também em vinhos. E com imaginação, eu por acaso ainda não tive, mas com imaginação pode surgir algo que atraia as pessoas a este

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

78

Concelho. E muitas vezes não é preciso grande coisa. Se calhar até uma feira lá com as meninas e as bolas de cristal. As pessoas querem algo de novo e são capazes de correr quilómetros, como eu que até fui ver o meu Tony Carreira a Macedo e vejam lá, paguei cinco euros, que eu adoro o Tony Carreira. Portanto, basta que tragam qualquer coisa que o povo goste e eu não me esqueço, que eu nunca apreiei, mas o Ti João, que eu detesto, mas arrasta multidões. Portanto, o que é preciso às vezes e nós temos aqui no Concelho pessoas com muito valor. Com uma simples gaita, com uma simples desgarrada, é capaz de trazer imensas pessoas para virem aquela gente popular, dizerem ou fazerem, como fazem em Vila Chã, que muita gente não conhece e ao mais somos de Alijó, em Carvalho, a encomenda das almas. Aquilo de noite é interessante. São coisas que muitas vezes nós desconhecemos no nosso próprio Concelho.

Portanto, dar parabéns a todas essas Freguesias e a todas essas iniciativas e pedir que continuem nessa senda da limpeza das estradas, porque eu sei que os caminhos vicinais são importantíssimos, principalmente agora que se aproximam as vindimas, mas agora, o mais importante, de facto dar uma certa dignidade para as entradas, porque estão de facto degradadas. Já vêm degradadas do Executivo a que eu pertencia portanto, não estou a culpar de maneira nenhuma. São coisas de que nos fomos distraíndo. Os Executivos têm-se distraído um pouco das valetas de todo o Concelho.

E por último, não em último, como fui representar em Vila Real na ACES do Douro Norte e Marão, que agora têm assim nomes mais pomposos, tenho aqui um CD que depois vou entregar, em que lá plasmaram e as diferenças infelizmente não são grandes, tanto no que toca à violência doméstica, como ao álcool. Graças a Deus no que toca à protecção de crianças e jovens está a melhorar imenso o Concelho de Alijó, mas naturalmente que o nosso problema mais grave, não é só nosso, é a desertificação, é a falta de nascimentos, é a fuga dos mais capazes, porque não encontram no Concelho, à excepção das Misericórdias e dos Centros Sociais, são esses que dão emprego e portanto, fora isso, não há, infelizmente, porque os agricultores cada vez mais reduzem os gastos e aqui eu quero dizer que fico muito feliz pelo Senhor Presidente da República tenha vindo onde veio, eu até vendo para lá, mas eu é que estou a pagar isso tudo, eu o todos os que vendemos para lá, porque recebi uma miséria, não é, este ano. Porque tive que pagar essas tretas. Mas é importante que nós paguemos, porque de facto é sempre bom que nos venham visitar, estejamos nós em que partido estejamos. Porque de facto, nós gostamos de mostrar o nosso Concelho.

E aqui está o CD. Portanto, já se sabe que nós no que toca à droga, ainda não estamos muito bem, porque os antigos continuam, não é? Mas os jovens, graças a Deus estão com outra informação, tanto nas escolas, como na televisão, como nos pais e a coisa está a resultar. No que toca ao álcool, naturalmente que a coisa é um bocadinho mais complicada, porque ainda há um bocadinho de incidência nesse sector. Mas, de qualquer maneira nós não estamos pior do que os outros Concelhos, que também têm os mesmos problemas, em que de facto o maior problema é a falta de gente, é a falta de empregos, é a falta de juventude e é de facto a farmácia continuar a vender a pílula e os preservativos e portanto, as pessoas limitam-se a ter um filho e neste momento também, não sinto, que aqui não diz respeito, mas sinto uma mágoa muito grande, como mãe, felizmente ainda fiquei com dois, mas pela Judite de Sousa, que também lhe morreu o único filho, estupidamente, uma morte numa piscina. Um jovem de vinte e oito anos. O meu filho morreu com vinte e oito. Eu sei, calculo a dor daquela mãe, que não pode ser mitigada com outros filhos. De maneira que, quem só tem um, que tenha dois ou três, porque sempre será melhor. Mas a vida não está fácil. Pronto, eu não vos quero incomodar mais, vou entregar à

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

79

Mesa o Cd, que depois podem em qualquer altura ver aquilo que eu disse muito resumidamente".

— **DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA (PS):** Começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia em exercício, a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara em exercício, os Senhores. Vereadores, os Senhores. Deputados e o Público presente e disse: "Um pequeno reparo à Mesa, um reparo saudável, fui das primeiras a inscrever-me, sou a última a usar da palavra. Até me levantei propositadamente para que não fique aqui esquecida no cantinho. Estava aqui no cantinho, fui a última. Já me esqueci de metade das coisas que queria falar, mas acho que vão ser suficientes aquelas a que me vou referir.

Começo por lamentar o acidente de que foi vítima o Ex.º Senhor Presidente da Câmara, no passado dia 10 de maio. Espero que ele tenha rápidas melhoras. Que recupere o mais rapidamente possível, para ocupar o lugar para que foi eleito, o lugar de Presidente da Câmara de Alijó e no qual, estou certa, o Senhor Presidente está a fazer muita falta.

Ex.º Senhor Presidente da Câmara em exercício, constatei com agrado, que o contentor do lixo que eu havia pedido em anteriores reuniões, já foi colocado na Rapadura. Mas quero lembrar o Senhor Presidente em exercício de que, a União das Freguesias de Pópolo e Ribalonga não necessita só daquele contentor do lixo. Necessita de muitos mais contentores do lixo. E necessita ainda, que aqueles que se encontram lá em péssimas condições, sejam substituídos. Há lá contentores do lixo sem rodas. Contentores do lixo que não fecham. Há um, inclusivamente, em frente à Padaria do Pópolo que tem um rombo enorme à frente, o que origina que o lixo que se deita em cima sai imediatamente pela frente e portanto, isto não é nada, têm de ser imediatamente substituídos também estes contentores do lixo.

E já agora aproveito para que o Senhor Presidente providencie também no sentido dos mesmos serem desinfectados, porque com o tempo quente que se aproxima, os cheiros começam a ser nauseabundos e portanto, o ambiente só tem a perder com isso.

Quero também informar o Senhor Presidente em exercício de que na minha Freguesia, as estradas municipais e que são uma competência da câmara, de Vale de Cunho, Quinta Nova, Cal de Bois, Ribalonga e Rapadura encontram-se em péssimas condições de conservação, tanto a nível do asfalto como a nível de mato que prolifera nas suas bermas, encurtando portanto o asfalto e dificultando o cruzamento dos carros. Isto é que provoca, e tem provocado de facto, nomeadamente nas estradas mais estradas, como alias todos sabemos, as estradas municipais já são todas estreitas por natureza. Com este mato e como diziam muito bem a Senhorª Deputada Eduarda, faz com que os carros tenham menos espaço e por isso, aí sim dão-se os acidentes e nós podemos eventualmente ser responsabilizados por eles. Portanto, eu proponho ao Ex.º Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício, que há semelhança daquilo que tem vindo a ser feito a nível de outras estradas municipais, também as estradas municipais da União de Freguesias de Pópolo e Ribalonga sejam rapidamente reparadas, limpas e os buracos tapados, naturalmente.

Queria ainda informar o Senhor Presidente em exercício e toda a Assembleia Municipal, de que na entrada Norte do Concelho, mais propriamente na minha Freguesia, foram recentemente feitas duas rotundas, aquando das obras da autoestrada transmontana. Eu aconselhava o Executivo municipal a alindar aquelas rotundas, porque são a entrada Norte do Concelho. Alindá-las com algo alusivo, que dignifique o Concelho de Alijó, mas que esteja um bocadinho vocacionado para a zona Norte do Concelho. Algo alusivo para a Zona Norte e alindarmos então

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

20

aquela entrada Norte, à semelhança do que se tem feito em outras entradas, nomeadamente no Pinhão. \_\_\_\_\_

Portanto, queria ainda falar ao Senhor Presidente em exercício, sobre aqueles ramais de água e saneamento e aquelas roturas dos canos que se verificam nas Freguesias e que o pessoal da câmara vai arranjar ou fazer. Acontecem que eles vão, ocupam o lugar, tiram o pavimento das ruas, colocam os tubos, fazem a parte deles e depois deixam as ruas despavimentadas, a terra por cima das ruas, os paralelos para lá soltos de qualquer maneira e é claro as pessoas vão passar por isso, tropeçam nos paralelos, os carros batem. Senhor Presidente, isto não é nada. Quem é responsável por repor estas situações? Fica a pergunta, muito obrigada". \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **DEPUTADA FÁTIMA BARROS (MAIS):** Cumprimentou o Senhor Presidente e restante Mesa, os Senhores. Vereadores, os Senhores. Deputados e o público em geral e disse: "Tomei a palavra única e exclusivamente para convidar todos os presentes a participarem numa segunda mostra que a Freguesia de Santa Eugénia irá fazer, uma mostra de Mercado Medieval. A Junta de Freguesia e a população em geral ficaria muito contente de vos ver por lá, no dia 19 de Julho, pelas 19 horas. Portanto, é este no fundo o convite que vos quero fazer e mostrar que realmente há actividades que nós podemos promover no Concelho, com pouco dinheiro. \_\_\_\_\_

E tendo em conta esta actividade, queria só tomar nota e dizer o seguinte. Houve uma actividade que decorreu há bem pouco tempo, a vinte e quatro de Junho, que foram as cascatas sanjoaninas e que é já o segundo ano que isto acontece, queria aqui enaltecer as Freguesias que participaram e permitam-me que diga o seguinte, esta é uma actividade que pertence à Câmara Municipal, em colaboração com a Associação "O Plátano de Alijó", que está no segundo ano e eu vi que no primeiro ano houve pouca gente a participar, mas pensei que realmente a actividade num segundo ano traria mais freguesias a participar. E devo-vos dizer o seguinte, não porque a minha Freguesia participasse, mas acho que nós todos precisamos de dinheiro e é importante o dinheiro para as nossas Freguesias e para conseguirmos resolver os nossos problemas nas nossas Freguesias, mas temos essa obrigação, nós como Presidentes de Junta, temos a obrigação de motivar os nossos fregueses, de motivar a população que reside e que tem vontade. E eu digo isto que tem vontade, porque eu senti na minha Freguesia e acho que a minha Freguesia não é diferente das outras, senti que realmente é preciso motivá-los e que esses momentos, essas memórias são importantíssimas na vida de uma população e no quotidiano e essa é uma das actividades que é de raiz cultural. E porque não promover esta raiz cultural? Porque não dar-lhe realmente uma veste moderna, mas continua-la? E eu vejo que realmente estamos no segundo ano e houve pouca gente que aderiu e lamento isso. Enalteço realmente aqueles que tiveram essa boa vontade e que fizeram, mas realmente fica-me um sabor um bocadinho amargo de dizer, porque é que nós, a nossa população, realmente não adere a estas actividades? O que é que lhe falta? Será que o estímulo é o prémio? Eu acho que não devia ser. E isto é mesmo uma nota, um desabafo, acho que nós temos realmente que motivar também a população e tenho a certeza que todos aderem porque isto está na raiz das nossas populações. As cascatas sanjoaninas sempre se fizeram. Realmente é de louvar e acho que devem continuar a actividade, a Associação juntamente com a Câmara Municipal e se não for muito, acho que nós devíamos reflectir e pensar que estas actividades, nós as Freguesias, temos o dever e de motivar as nossas populações a participarem". \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O PRESIDENTE DA MESA** deu novamente a palavra ao Senhor Deputado Telmo Pinto.

\_\_\_\_\_ **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** "Peço desculpa, foi um lapso da minha parte, mas na minha intervenção eu tinha aqui um apontamento, tem a ver com um voto de pesar à família e à

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

27  
*[Handwritten signature]*

Freguesia de Padronelo, relativamente ao Presidente de Junta e Presidente da ANAFRE, da Associação Nacional das Freguesias, que faleceu na passada semana, salvo erro, o funeral foi sábado à tarde. Portanto, acho que ficaria bem à Assembleia Municipal fazer esse voto de pesar para a Junta de Freguesia de Padronelo, salvo erro é a Freguesia que ele presidia, assim como, também à ANAFRE. Ao Presidente de Junta Cândido Moreira. É o nome dele. E aos familiares. Muito obrigado".

----- O **PRESIDENTE DA MESA** deu novamente a palavra ao Senhor Deputado Vítor Sequeira.

----- **DEPUTADO VÍTOR SEQUEIRA (PSD)**: "Peço desculpa porque tinha aqui um apontamento que tinha deixado para o fim e depois acabei por não falar nele. Há pouco, quando trouxe a informação a esta Assembleia do dispositivo que está programado para 2014, não referi os Bombeiros Voluntários do Pinhão, não porque me tenha esquecido deles, mas porque não fazem parte este ano do dispositivo. Queria com isto dizer ao Executivo da Câmara, que devido, não vou dizer ao abandono, mas às políticas pouco fortes que têm sido implementadas neste Concelho na ajuda aos Bombeiros, este ano já é um sinal que está a ser dado pelos Bombeiros Voluntários do Pinhão, que não conseguiram reunir a equipa para fazer parte do dispositivo. Com este andamento das coisas e se nada for feito, acredito que se calhar, para o ano, serão os Bombeiros Voluntários de Favalos que não farão parte do dispositivo e por aí em diante até acabarmos com essa instituição centenária como é o caso de Favaios e outras.

Queria também pedir aqui à Assembleia um voto de pesar, referente ao ano de 2013. Como é sabido a palavra eleita no ano de 2013 foi a palavra Bombeiros e queria que esta Assembleia fizesse um voto de pesar sobre as oito mortes que existiram no ano anterior e desejamos que este ano não se voltem a repetir, ou não lamentemos absolutamente nenhum falecimento. Muito obrigado".

----- O **PRESIDENTE DA MESA** deu novamente a palavra ao Senhor Deputado Cláudio Vilela.

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS)**: "Era só para uma pequena coisa que me esqueceu de referir. Eu vou entregar à Mesa, no final, um requerimento a solicitar que a Mesa tome providências a pedir uma planta do Plano de Pormenor do Cais Ribeirinho do Pinhão e das obras que o IPTM vai realizar. Era só, muito obrigado".

----- **PRESIDENTE DA MESA**: Questionou os Senhores Deputados se havia alguma posição contra os votos de pesar ali apresentados? Não havendo nenhum voto contra, passou a palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara, apelando também ao seu poder de síntese.

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA**: Começou por cumprimentar o Senhor Presidente e a restante Mesa, os Senhores. Deputados, os Senhores. Vereadores e o Público presente e disse: "Permitam-me antes de mais que vos transmita um grande abraço do Senhor Presidente da Câmara. Felizmente está a recuperar bem e com certeza que nos faz falta, gostaria de estar aqui connosco.

Passaria então, na medida do possível, a comentar ou a dizer, enfim, aquilo que penso e que sei, das questões aqui levantadas pelos Senhores. Deputados.

Senhor Deputado Tozé Lousa fala, e realmente com alguma razão, da comemoração do Corpo de Deus em Vila Verde. Foi de facto uma falha. Faço *mea culpa*, mas devo dizer-vos que

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

22

desconhecia. Não soube, pura e simplesmente que as comemorações iam ter lugar. Ao Senhor Presidente da Junta fica o meu pedido de desculpas. -----

Relativamente ao ligar ou desligar pontos de luz é da competência da Câmara Municipal, temos esse acordo com a EDP. Estamos a falar de pontos de luz já existentes, não de ligar pontos de luz novos, porque isso é da competência exclusiva da EDP. Essas situações, obviamente que se nos forem comunicadas, se tivermos conhecimento dessas situações, obviamente que as resolvemos. Sempre obviamente, numa perspectiva de promover a economia e poupança de energia. -----

Relativamente à limpeza da rede do aeródromo, essa questão foi também há dias falada em reunião de câmara. É uma preocupação nossa, queremos promover a sua limpeza. Lá iremos. Dizem que tarde é o que nunca vem, lá iremos. -----

Senhor Deputado Luís Lameiras, eu vou falar apenas da questão do auditório, porque acho que é uma questão que se tem vindo a falar muito dela e merece ser falada. Não é bem como o Senhor Deputado referiu, não foram umas lâmpadas que caíram, não foram umas lâmpadas Senhor Deputado. Caiu uma fila completa de luminárias. E relativamente à caducidade, ao facto da licença de exploração do auditório estar caducada, está de facto caducada e não é Março, como o senhor disse, mas também não referiu o ano Senhor Deputado. É de 25 de maio de 2013. Desconhecíamos, tivemos conhecimento bastante tarde já. Mas ela está de facto caducada desde 25 de maio de 2013. Tenho-a aqui e vou pedir que sejam distribuídas cópias à Assembleia. -----

Eu acho que devemos acabar aqui de uma vez por todas com um certo fantasma que foi criado a dada altura, que este Executivo, e eu já o disse em reunião de câmara, que este Executivo queria fechar o auditório. Este Executivo não pretende fechar auditório nenhum. O auditório é um equipamento muito valioso para este Concelho e nós vamos recuperar o auditório e vamos reabrir o auditório. Mas uma coisa eu posso-lhe garantir Senhor Deputado, o auditório só será reaberto quando tivermos garantias de que a sua utilização será segura. Houve uma peritagem por parte de uma equipa de técnicos do Município. Já houve uma visita por parte de uma equipa técnica da UTAD e foi-lhes feito agora um pedido formal para que uma equipa pluridisciplinar faça uma peritagem consubstanciada para que possamos promover a recuperação que venha a ser necessária. Sabemos que o problema principal é ao nível da cobertura. Estamos convencidos que não haverá problemas estruturais. Oxalá que não, estamos convencidos que não, mas ao nível da cobertura a intervenção terá que ser feita para evitar obviamente infiltrações, mas tanto quanto eu sei, as infiltrações começaram a ocorrer logo desde o dia da inauguração, tanto quanto me fizeram saber. Portanto ela já vem de longa data. Mas vamos promover a sua reparação. Obviamente, tudo isto deverá ser feito e queremos fazê-lo o quanto antes, para que não entremos num novo período de inverno nestas condições. -----

Senhor Deputado Telmo, eu não sei se percebi bem quanto à sua moção relativamente à Casa do Douro. Já iremos falar, mas relativamente ao protesto que apresenta, ou recomendação, relativamente às Juntas de Freguesia, eu não sei se percebi bem, mas pareceu-me que posso inferir das suas palavras, que falou nalguma falta de autonomia das actuais Juntas de Freguesia, que este Executivo terá alguma coisa a ver com isso. Senhor Deputado vai-me permitir, mas não posso concordar com isso. Não me parece que alguma falta de autonomia que possa identificar nas actuais Juntas de Freguesia possa ter a ver com a actividade deste Executivo e sinceramente não me parece. Mas é a sua opinião. Mas quero dizer-lhe uma coisa. Penso que estaria a referir-se à ausência de transferências financeiras para as Juntas de Freguesia. Eu

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó da 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

23

acho que devemos aqui uma vez por todas pôr um ponto de ordem. Efectivamente, este Executivo não transferiu, não fez qualquer transferência para as Juntas de Freguesia, mas vejamos, o nosso orçamento, que todos aprovamos, no início do ano, ele só existirá em boa verdade, tal como foi aprovado, uma vez aprovado o reequilíbrio financeiro. Em boa verdade é isto, porque se os quinze milhões do reequilíbrio financeiro não fossem aprovados, iremos falar nisso a seguir, não teríamos onze milhões de orçamento, teríamos seis negativos, não teríamos fundos disponíveis. Portanto, não me parece Senhor Deputado que nestas condições pudesse haver qualquer transferência financeira. -----

Uma outra questão, esta penso que é fundamental e acho que é perceptível a toda a gente. Uma outra questão prende-se também com a falta de fundos financeiros, fundos disponíveis, por parte das Freguesias, que obviamente não terão a melhor saúde financeira, porque qualquer transferência que pudesse vir a ser feita do Município para as Freguesias seria sempre na base de um acordo e que preveria sempre uma execução, um determinado trabalho, fiscalizado, portanto, teria que ser executado. Não havendo obviamente fundos disponíveis das Freguesias, as Freguesias não podiam recepcionar essas verbas. O Município correria o risco de transferir as verbas para as Juntas de Freguesia, essas verbas seriam obviamente desviadas para pagamento da dívida e a seguir o Município teria também de executar as funções que acabaria de delegar nas Juntas de Freguesia. -----

Portanto, penso que estas duas questões devem ficar aqui esclarecidas de uma vez por todos. Uma vez aprovado o reequilíbrio financeiro lá iremos. E relativamente a isso quero dizer-vos que hoje mesmo designei uma equipe de três técnicos superiores e um técnico auxiliar, para que doravante e já de imediato, façam um trabalho minucioso com as Juntas de Freguesia, com as Juntas que obviamente demonstrarem alguma iniciativa e interesse, no sentido de medir, avallar e quantificar os trabalhos a executar. Em função disse celebraremos os protocolos. -----

Relativamente à Casa do Douro permitam-me só que diga o seguinte. Eu, pessoalmente enquanto viticultor e munícipe, não concordo obviamente com a proposta do governo para a resolução da Casa do Douro. Não concordo na íntegra, mas há parte em que concordo. Enquanto Vereador e Vice-presidente da Câmara Municipal, eu tenho a dizer o seguinte. Efectivamente, na Casa do Douro, há trabalhadores na Casa do Douro e muitos trabalhadores que há três anos, salvo erro, não recebem qualquer ordenado e essa questão é uma questão humanitária e tem de ser resolvida. E esta proposta do governo propõe-se resolvê-la. A questão da dívida da Casa do Douro, que segundo os últimos números já vai em 160 milhões também tem que ser resolvida. E como sabe, há muitos fundos estatais e há garantias envolvidas nessa dívida. Quanto ao estatuto da futura Casa do Douro, ou da Associação que venha, digamos, a substituir a actual Casa do Douro, penso que com a marca Casa do Douro é outra questão. É verdade que a proposta do governo aponta para que seja uma instituição privada de direito privado e de inscrição facultativa e não obrigatória. Eu concordo com este modelo. Nesta parte eu concordo com ele sinceramente, porque em democracia é assim, não vejo que todos os viticultores tenham que se fazer representar numa Associação. Há outras Associações no mercado, passe a expressão e portanto o agricultor deve ser livre de se associar na que achar melhor, sendo certo que uma excessiva pluralização também não me parece viável, tanto mais que depois podemos correr o risco de não falar a uma só voz na comissão interprofissional. --- Mas penso que a região do Douro, já agora Senhor Deputado, carece de uma reforma profunda e participei ultimamente em várias reuniões, designadamente ao nível da CIM e foi tomada uma posição muito forte, por parte dos Município que integram a CIM e dessa tomada de posição foi dado conhecimento ao Senhor Secretário de Estado. E penso que seremos ouvidos. Mas

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

24  
*[Handwritten signature]*

relativamente à Região Demarcada do Douro na sua globalidade, nós já fizemos chegar ao Gabinete do Senhor Secretário de Estado, nós o Município de Alijó, uma posição em que gostaríamos de ver, vertida em legislação, algumas questões que poderiam beneficiar muito os nossos viticultores. São pequenas medidas que é possível criar, instituir por medidas legislativas muito simples. Desde logo, estou a falar na contratualização da uva. Acho que a uva deve ter um preço, o agricultor deve celebrar um protocolo, um acordo, um contrato com a empresa que adquire as uvas e uma vez incumprido esse contrato transita para dívida e claro, toda a gente sabe as questões que isto pode causar a uma firma que não cumpra. -----

Somos também de opinião que a uva para vinho generoso deve ser paga na base grau/quilo. Também fizemos chegar essa recomendação, como já foi aliás em tempos passados. Isto é tão importante quanto uma uva de elevado grau potencial permite uma economia de aguardente no seu tratamento muito significativa. Agora essa economia, neste momento, está a pesar para um só lado, que é o lado do exportador. O produtor, pelo facto de produzir boa qualidade, muita qualidade, não tem por isso qualquer benefício. Portanto, são pequenas coisas, entre outras, que achamos que devem ser consagradas em legislação e já o fizemos chegar ao Gabinete do Senhor Secretário de Estado. -----

Senhor Deputado Cláudio Vilela, relativamente ao Plano de Pomenor do Cais do Pinhão, eu penso que as coisas estão invertidas, não é nada disso. O que se pretende com a obra do Cais do Pinhão é exactamente o contrário. É libertar toda aquela frente ribeirinha daquele impacto visual que eram de oitenta metros ali encostados. Portanto, esses barcos de grande tamanho serão desviados para a foz do rio Pinhão. É exactamente o oposto do que estava a dizer. Não sei como é que lhe chegou isso. Relativamente às plantas de pomenor eu já pedi ao IPTM e já há algum tempo, que nos fizesse chegar uma cópia do projecto para expor aqui no nosso Município para consultar toda a gente. -----

Relativamente à vinda do Senhor Presidente da República ao Concelho de Alijó, obviamente que foi uma visita, penso eu, privada, a convite de uma empresa privada. Foi convidado o Senhor Presidente da Câmara. Foi convidada a Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Desconheço outros convites. É verdade que a vinda de um Presidente da República a um concelho pressupõe sempre, quer em termos de defesa, de protecção, corte de trânsito, obviamente algumas cautelas, mesmo em termos de prevenção hospitalar, como é óbvio, acho que isso é uma questão de prevenção normal, penso eu. Agora, se me perguntar enquanto Vereador desta Câmara, eu acho que da parte da Casa Civil do Senhor Presidente deveria haver uma comunicação ao Município. Não houve. -----

Relativamente à lixeira, como apelidou a antiga adega de Sanfins que agora é pertença da Gran Cruz, já foram feitas algumas diligências aqui há uns tempos passados, relativamente ao Senhor Eng.º Jorge Dias, no sentido de promover a limpeza daquele espaço. E ele concordou, provavelmente ainda não teve oportunidade, concordou em promover essa limpeza e até há alguma abertura da parte dele, em que seja cedido ali um pequeno espaço, uma passagem, ao Centro de Dia de Sanfins do Douro. Portanto, ele está sensibilizado para essa questão, penso que se vá conseguir. -----

Senhor Deputado Laureano, relativamente à Barragem, eu não vou responder à sua questão, pura e simplesmente, julgo que já iniciou essa discussão com o Senhor Presidente da Câmara. Eu sou adepto da barragem, devo dizer-lhe, porque acho que pelo menos em termos estratégicos é uma reserva importantíssima. Obviamente tem impactos ambientais. As instalações de alta tensão serão sempre um impacto. Está esse estudo a decorrer, julgo que vai

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*





ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

26

ser apresentado amanhã, amanhã temos uma reunião da Comissão de Acompanhamento, vamos ver se é apresentado ou não, mas enfim, pouco mais há a dizer. -----

Relativamente às medidas compensatórias, aí sim, posso dizer-lhe alguma coisa. Os cinco municípios em termos de medidas compensatórias directas receberão uma média de, para já, 300 mil euros cada. É isso que nos chega da Direcção Geral de Cultura do Norte. E é claro que temos de ver que em termos de Agência do Parque Regional do Vale do Tua, se não fosse a barragem nada disso existia e outra verbas e outros investimentos para o Concelho virão daí, com certeza. Aliás estive numa reunião há dias com o Senhor Dr. Artur Cascarejo e estivemos a falar precisamente disso e temos aí muito brevemente, cerca de mais 100 mil euros a que nos podemos candidatar. Portanto, investimento directo no nosso Concelho, só ao abrigo de uma medida. -----

Senhor Deputado Samuel relativamente ao não fecho das Finanças. É verdade que não haverá fecho de nenhuma delegação das Finanças, haverá uma reestruturação de serviços, penso que com alguma aglutinação, será criando, com certeza, algum espaço novo, com outros serviços aglutinados no mesmo espaço, algo à semelhança de uma loja do cidadão, que obviamente os Municípios que têm essas lojas estão muito satisfeitos. -----

Relativamente ao cais do Pinhão já falei. -----

Relativamente ao inquérito da IGF que decorreu no Município não sei rigorosamente nada. Sei que as Senhoras Inspectoras quando terminaram o trabalho de recolha de informação referiram apenas que iam produzir um relatório, que seria dirigido à tutela e depois a tutela daria ou não conhecimento à Câmara Municipal. Penso que sim, que darão. É tudo quanto sei, não sei mais nada. -----

Senhor Domingos, relativamente aos buracos, aos imensos e enormes buracos da estrada municipal de acesso ao Freixo. Eu penso que a partir de amanhã estaremos em condições de resolver isso. Amanhã mesmo vamos iniciar essas reparações, vamos começar pela estrada que liga Vilar de Maçada à Balsa, porque temos lá já meios deslocados e iremos começar por aí e iremos rever o maior número de situações possíveis. Obviamente que daremos prioridade a situações como está Vilar de Maçada, a estrada do Freixo, a estrada de Pegarinhos e depois iremos avançando. -----

Agora e aproveito aqui para responder à Senhora Presidente de Junta Filomena. Tinha a ver com as rupturas, que normalmente os nossos funcionários originam, aquando da reparação. Isso é inevitável, como compreende, não é? Serão crateras maiores ou menores, em função da gravidade da situação. Agora, julgo que não teremos capacidade, no imediato, de recorrer a essas situações e de as reparar todas. O que vamos fazer é contabilizar tudo isso e promover um procedimento no sentido a que um empreiteiro colmate essas falhas. Está bem? Quanto antes. -----

Senhor Alceu Costa, caminhos vicinais. Passou a ser uma competência das Juntas de Freguesia, mas eu já falei sobre isso, a equipa que se constituiu e que darei já a partir de amanhã conhecimento às juntas de Freguesia, vão começar a trabalhar com todas as Juntas de Freguesia, no sentido de ver até onde podemos ir, uma vez aprovado o reequilíbrio financeiro, só aí teremos fundos para poder trabalhar convosco. -----

Relativamente aos contentores do lixo, Senhora Presidente Filomena, faltam muitos contentores em todo o Concelho. Temos noção disso. Adquirimos alguns. Devo dizer-lhe que custam cerca

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

26

de 200 euros cada contentor, faltam muitos contentores, também necessitaremos de muito dinheiro, mas vamos aos poucos, à medida que podermos, vamos repondo essas situações. ---

Relativamente à rotunda do Alto do Pópulo lembro-lhe que elas estão inseridas numa estrada nacional, podemos obviamente trabalhar com as Estradas de Portugal no sentido de alindar, como disse, embelezar aqueles espaços, mas elas não são geridas por nós. -----

Penso que era o que tinha para dizer. Não sei se ficou alguma questão que considerem importante por responder. Muito obrigado. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra à Senhor<sup>a</sup> Vereadora da Cultura para responder às questões que lhe foram colocadas. -----

----- **VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS:** Começou por cumprimentar todos os presentes e disse: "Eu iria por começar pelas escolas e pelo património. As escolas que estão sem utilização estão ao serviço da comunidade, algumas não têm uso porque a comunidade em si não se organiza para usufruir daquela escola, estou a olhar ali para o Senhor Domingos, aqui há dias discutimos o uso de uma escola para Casa Mortuária, ou não, o que é que isso significa, se é o que foi, ou se são as necessidades da população que tem que ditar o uso actual. É uma discussão que não vou ter agora, não vale a pena, mas a escolas estão no fundo ao serviço da comunidade. Se houver uma associação que as queira ocupar, tanto melhor porque elas ficam recuperadas e conservadas. -----

Relativamente à questão dos infantários. É de facto a pré-escola que está em causa. O 1.º Ciclo está errado, temos que rectificar. Quero lembrar que Santa Eugénia e Vilarinho de Cotas são estabelecimentos de ensino que já tinham sido encerrados pela Carta Escolar, mas que funcionam com um pedido de funcionamento excepcional, que é feito todos os anos. Este ano também foi feito. E a única forma que a Câmara teve de reverter essa situação dos encerramentos foi dizer «não temos hipótese de fazer transporte, nem com subsídio, nem sem subsídio, não há transporte». Não estou a ver a DREN a organizar-se, a pôr aqui o transporte, mas para já esse é o trunfo que nós temos. Pedimos o funcionamento excepcional, o de Santa Eugénia e de Vilarinho de Cotas e estamos agora a aguardar que eles digam alguma coisa relativamente aos outros. São Mamede, eles tinham o número errado. Eles propuseram que se fizesse o transporte dos alunos de São Mamede para o Castedo, via Marinhos. Nós dissemos que não, que São Mamede terá sempre que vir a Alijó e depois ao Castedo, o que é uma solução que é improvável, impossível até e portanto eles ficaram de estudar. Eu penso que se a Câmara não mostrar disponibilidade para fazer o transporte, eles não encerrarão os estabelecimentos de ensino, até porque o Director da DREN, o que veio dizer foi aquele princípio de mais interactividade entre os miúdos que faz com que eles progridam mais e nós aceitamos esse princípio, mas achamos que o princípio para miúdos de três e quatro anos da proximidade da família é muito mais importante do que esse, porque eles no futuro irão interagir e estar com outras crianças. E relativamente às escolas é isto que me apraz dizer. -----

Relativamente à cultura e ao auditório, de facto o encerramento da sala de espectáculos do auditório não é uma crise na cultura. Isso é um argumento ensaiado de quem não tem uma política um bocadinho mais criativa para fazer, porque como já ficou aqui dito pelo Senhor Vice-presidente, a licença do IGAC, que é a Inspeção Geral das Actividades Culturais caducou no tempo do anterior Vereador da Cultura, o Eng.º Luís Azevedo, que é nada mais, nada menos, por incrível que pareça, o Presidente da Comissão Política e o responsável daquela maravilhosa notícia no jornal. -----

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJO**

Deslumbrante Património Natural

27  
*[Handwritten signature]*

E portanto, isto parece-me que é um pouco um episódio ficcionado. O auditório está aberto, irá receber a bienal de gravura e portanto, a segurança é o que está em causa, da sala de espectáculos, porque aquelas luzes que caíram, se caíssem na cabeça de alguém, tinham provocado um acidente mortal. E a cultura, por muito valor que tenha, não está acima do valor da vida. E portanto para nós, Executivo, é uma decisão sem retrocesso. Enquanto não houver obras de reparação da cobertura e depois obras de reparação do material que está danificado na sala de espectáculos, a sala não será reaberta. Por questões de segurança, repito. -----

Assistimos nos últimos tempos de facto à cultura fora da sala do auditório. Não negamos que temos alguns constrangimentos. O 25 de Abril fez-se nos Bombeiros Voluntários, porque o auditório tinha a sala encerrada. A banda de São Mamede optou pelo estágio que fez e do espectáculo de ensaio que fez do estágio, optou por ir para Mirandela, mas Carlão que teve uma iniciativa igual ficou em Carlão. Conseguiu pôr a Banda de Carlão a tocar em Carlão e portanto, se São Mamede quis ir para Mirandela, quem somos nós? Eu penso que nós temos aqui no Concelho soluções alternativas. Claro que não nos vamos impor às Associações. Eu penso que o estágio de São Mamede foi feito com muita gente de Mirandela e por essa razão São Mamede optou por ir para lá, mas é uma opção da Banda e não do Município. Como lhe digo, a Banda de Carlão optou por fazer o mesmo concerto, do mesmo tipo, no final do estágio, em Carlão e correu muito bem. -----

Depois, dizer ao Deputado Luís Lameiras que nós teremos muito gosto em divulgar as Bandas do Concelho, mas as comissões de festas têm um orçamento próprio e se calhar, para algumas, a Banda de São Mamede não estará ao alcance das suas bolsas e aí nós não podemos fazer nada. Divulgaremos, como é óbvio. -----

----- **DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS):** "A Bienal tem dinheiro suficiente para se manter. A Banda de São Mamede não tem. A rentabilidade de uma bienal não se compara à rentabilidade de uma banda de música". -----

----- **VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS:** "A Bienal não vai ter nenhum subsídio da Câmara. Eu não estou a pôr em causa nem uma coisa, nem outra. O que eu estou a dizer é que nós sempre que podemos temos dado todo o apoio à banda de São Mamede. O que eu estou a dizer é que nós podemos fazer a divulgação, mas toda a gente que está aqui, se já participou numa comissão de festas sabe que tem um orçamento e que a escolha das bandas se faz muitas vezes com o orçamento disponível. E se calhar não há sempre dinheiro para uma banda da qualidade da banda de São Mamede. É só isso que eu estou a dizer, mais nada. E presumo que é tudo". -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Questionou o Senhor Deputado Telmo Pinto sobre o acrescento de mais um ponto na ordem do dia para inclusão da moção, tendo o mesmo concordado com essa sugestão. Abriu uma segunda ronda de intervenções, apelando ao poder de síntese de cada um, tendo-se inscrito os seguintes Senhores. Deputados: Filomena Nogueira, António Lousa, Telmo Pinto, Cláudio Vilela e Samuel Cunha. -----

----- **DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA (PS):** "É só para dizer muito rapidamente que me congratulo com a equipa de técnicos que a Câmara vai pôr à disposição das Juntas de Freguesias para celebrarmos os protocolos de execução. Acho que sem isso não seria possível nós fazermos o plasmar dessas obras, o medirmos essas obras, caracterizarmos tudo aquilo que a lei 75/2013 de Setembro exige para as nossas Juntas. Acho que o legislador não sabia bem do que estava a falar. Acho que o legislador só fez aquela lei para as Juntas de Freguesia do Porto

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

28

e de Lisboa. Esqueceu-se de que aqui no Norte interior há Juntas de Freguesias rurais que não têm técnicos, que não têm apoio financeiro, que não têm massa humana para fazer essas coisas. Eles sim, essas grandes juntas têm lá aquelas secretárias, com aqueles técnicos, que alguns deles até estão à espera que haja algum trabalho para ocuparem o tempo, que não têm nada que fazer. Portanto, o legislador pensou só nesses. Ainda bem que a Câmara nos ajuda porque caso contrário, nós não conseguíamos plasmar, tal qual a lei exige, as obras de forma a que depois sejam quantificadas e dado o apoio em relação aos metros que forem de caminhos rurais, aos metros que forem de asfalto, se calhar até às giestas que temos que cortar, se calhar até essas têm que ser contabilizadas. Da maneira que está isto plasmado na lei parece-me que tem que ser assim. Portanto, só mesmo com essa equipa técnica é que nós poderemos fazer os tais acordos. Eu tenho já de facto as obras planeadas e aprovadas, vou então entregar para que a equipa faça o resto. Muito obrigada, pela atenção".

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** "Eu só queria acrescentar duas coisas. Com respeito à Casa do Douro eu também tenho umas ideias próprias e quero condenar todos os últimos governos, nos últimos dez anos, desde o PSD, do PS, toda a gente assobiou para o ar e deixou correr. Ninguém quis pegar no dossier da Casa do Douro, ninguém quis resolver e chegou-se a esta situação. Podia continuar-se a assobiar para a frente e deixar isto por resolver. O passivo chegou a este número. Os trabalhadores não recebem há três anos. Mas eu também tenho algumas preocupações. Sou agricultor e também não pago as taxas da Casa do Douro e se calhar, nesta sala, ninguém paga. Só dez por cento é que pagam as taxas. Eu não pago, assumo que não pago, porque não me sinto obrigado a estar numa associação por obrigação. Mas há uma coisa que me assusta bastante nesta reestruturação é que as casas exportadoras também são produtores. E transmitindo isto para uma Associação de produtores, sabemos que a força que eles têm na produção, também podem tomar conta da produção. E depois ficam com a produção e a exportação. Aí é que me assusta. O Secretário de Estado acho que tem em consideração estas posições e tendo conta que irá ficar essa associação que irá ficar com o património da Casa do Douro irá ter um milhão e novecentos mil, depois das dívidas todas pagas, para começar a gerir. Aí, os agricultores é que têm que se unir e têm que se defender a eles próprios, porque se não, alguém irá tomar o lugar deles e isso é o que me preocupa. -----

Chegou à minha mão uma página do facebook "olhar Alijó", que faz uma afirmação muito grave. Para não errar eu vou ler textualmente o que aqui diz. «Hoje, dia de campanha para as europeias em Alijó. Nada que não estivéssemos à espera. O que nos pode espantar e até mesmo indignar é o facto do Deputado Pedro Pimentel marcar presença nesta campanha ao volante do veículo Kia, cujo proprietário é o Município de Alijó». Depois seguiram-se vários comentários sobre esta mentira. Eu vou perguntar ao Senhor Vice-presidente da Câmara se isto foi verdade. Eu sei que não foi verdade, porque quando isto aconteceu, o Deputado Pedro Pimentel passou por minha casa no carro do Deputado Luís Ramos. O carro era precisamente igual ao meu, até me estive a meter com ele, é um Chevrolet e não é propriedade da Câmara. Eu não sei quais são as atitudes que o Deputado Pedro Pimentel val tomar, mas se fosse comigo, eu denunciava isto. A página hoje é capaz de se saber. É fácil de saber. Isto é que não se chama política, isto é que não se chama olhar Alijó. Muito obrigado".

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** "Um esclarecimento apenas, muito rápido. Para começar queria agradecer ao Senhor Deputado Samuel pelo facto de ter comunicado a esta Assembleia que as Finanças de Alijó já não vão encerrar, facto que muito me orgulha também, que eu estava muito preocupado, principalmente com as pessoas da nossa região, allás já tinha

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

29

referido isso em várias sessões da Assembleia Municipal, principalmente com os agricultores, que era difícil para eles tratarem dos seus assuntos na Finanças. -----

Neste ponto quero também puxar a brasa à minha sardinha, não sou muito de falar de mim, mas neste caso também estava preocupado até por mim próprio, que tenho uma pequena empresa, curiosamente situada aqui na Freguesia de Alijó e também estava preocupado em ter que ir pagar os meus impostos a outra freguesia, que não fosse a freguesia de Alijó, porque eu também quero colaborar aqui com o nosso Município e promover o nosso desenvolvimento. -----

Quero também dizer ao Senhor Deputado que relativamente à minha observação em relação ao Senhor Presidente da República, o Senhor Deputado alterou todo o sentido das coisas. Eu penso que o Senhor Vice-presidente percebeu perfeitamente e até concordou com a minha intervenção. Eu nunca referi na minha intervenção que a culpa de não haver convites foi do Executivo Municipal. Acho que isso estava bem entendido na minha intervenção. -----

Ouvi também aqui falar, já não sei precisar quem, às deficiências estruturais do auditório municipal. De facto, não queria voltar muito ao passado, mas a isso me obrigam, até porque, muitos de nós, não temos memória curta. Eu quero referir por exemplo aqui um caso, de um Executivo do PSD, que fez uma obra estrutural para o Concelho de Alijó, que foi o pavilhão municipal, que nós não tínhamos na altura, foi uma obra maravilhosa, principalmente para a juventude, não tinham onde praticar desporto e aí não são deficiências estruturais que ele tinha, são deficiências de concreção e de projecto. Inclusive, tinha umas bancadas para assistir aos espectáculos, onde as pessoas que estivessem sentadas nas bancadas não conseguiam ver o referido espectáculo, um jogo de futebol e andebol, etc.. Além disso tinha também uma piscina que nunca chegou a ser acabada e o Executivo do PS, muito bem, não veio para o terreno fazer disso uma bandeira e pegou, alterou o que tinha que alterar e muito bem. E pôs aquele edifício ao serviço das populações, como devia ser. -----

Pronto, acho que era só isso, também não quero estar aqui a maçar muito com as minhas intervenções. Muito obrigado". -----

----- **DEPUTADO SAMUEL CUNHA (PSD):** "Também era só para completar aqui uma informação, mas também aproveito, Senhor Deputado Cláudio, não tem que agradecer. É um prazer poder ajudá-lo a dar-lhe alguma informação útil. -----

No entanto, no que toca à presença do Senhor Presidente da República, efectivamente eu só lhe respondo a uma questão, é que meteu em causa que não esteve ninguém a representar o povo e eu respondi-lhe a dizer que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Câmara estiveram lá. Portanto, o povo esteve mais do que representado e esteve ao mais alto nível. Portanto, foi apenas isso que lhe quis referir. -----

No entanto a minha prestação seria apenas esta, referente ao auditório, que congratulo-me pelo Senhor Vice-presidente nos ter dito que efectivamente a UTAD está a ajudar, ou que vai ajudar neste processo de análise ao edifício e também daquilo que o Senhor Vice-presidente também disse é que efectivamente os problemas já eram de há muito tempo. Quer queiramos quer não, o problema caiu nas mãos deste Executivo, porque se calhar, foi azar possivelmente, porque se calhar quem construiu teria exactamente este problema que este Executivo está a ter portanto são problemas de raiz, que nada, nem ninguém quis fazer. Portanto vamos esperar, a UTAD, uma entidade autónoma, certamente terá mais informação, técnicos especializados, que nos dará mais informação para resolver este imbróglio que efectivamente é de lamentar, porque quem perde são os Municípios e quem perde é a cultura que é desviada do seu local, mas

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

30  
*[Handwritten signature]*

efectivamente é um edifício que é pena estar fechado e não podemos certamente ficar com um elefante branco no nosso Concelho”.

———— **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** “Duas ou três considerações e muito rápidas, que de facto isto já vai longe. Eu gostaria de dizer só em termos de nota, a questão do Presidente da República. É anormal e é nessa perspectiva que temos que ver as intervenções que foram feitas relativamente à visita do Senhor Presidente da República. Ele não é uma pessoa qualquer. Veio ao nosso Concelho, o nosso Concelho tem território, tem pessoas, tem vida e é lamentável, só por isso e não estou a culpabilizar o Executivo por essa razão, ou o Presidente de Câmara por isso. É lamentável vir ao nosso espaço, porque qualquer outra pessoa, sei lá a barragem, porventura, a EDP vai convidar novamente uma figura de Estado, seja ela qual for, mas tratando-se disso, eu acho que é de todo gosto fazer uma recepção na Câmara Municipal, receber o Senhor Presidente ou o Senhor Secretário de Estado, ou o Senhor Primeiro-ministro e depois faria a inauguração privada, particular ou o que quer que seja. É nessa perspectiva, acho que houve um pouco de desconsideração pelo povo alijoense, permitam-me esta observação. —

Depois, duas coisas muito rápidas. Senhor Vice-presidente, relativamente à questão da Casa do Douro, nós temos que dividir isto em duas partes, obviamente. Ter a ver com a dívida, tem a ver com os funcionários. É claro, é óbvio, é preocupante. Mas estamos a ver com uma outra coisa bem mais grave do meu ponto de vista, tem a ver com aquilo que se prepara o actual governo, tem a ver como a instituição como associação privada, ou associação pública. Aí é que está o cerne da questão e a preocupação vai nesse sentido, porque nós bem sabemos o que é o associativismo na nossa região. Bem sabemos. E também sabemos, de antemão, que os grandes vitivinicultores, ou seja, os exportadores também são viticultores. Portanto, em trinta ou quarenta mil viticultores que há na região, que corresponde a menos de um hectare por viticultor, em média, escusado será dizer o que vai acontecer a cerca de 24 mil hectares da região. São divididos por cerca de 35 mil viticultores. E a preocupação vai nesse sentido. Portanto, não é mais do que, já foi dito aqui também a questão dos governos anteriores. Eu estou a culpabilizar este governo porque é o que está em exercício, porque se estivesse lá outro, porventura, a este nível, criticava-o da mesma forma. E não é este o caminho, penso eu, para a Casa do Douro. Eu acho que há soluções mais interessantes, até porque pensa-se entregar isto à CAP. Não sei se é verdade ou não. E a CAP é alentejana, não é? Mas enfim, são estas coisas que às vezes me incomodam de sobremaneira.

Relativamente a outra situação que tem a ver com a questão das transferências. Senhor Vice-presidente, o que o Senhor acabou de dizer aqui nesta Assembleia foi tão só e simples isto: Senhores. Presidentes de Juntas de Freguesia, as dívidas que vocês tinham, desenrasquem-se. Vendam património, façam um assalto aos bancos, façam o que entenderem para pagarem essas dívidas, porque qualquer dinheiro que a gente possa vir a transferir para vocês é para protocolo, é para competências, ou na base de um protocolo para as competências que vos vamos atribuir, vocês têm que executar porque a gente vai fiscalizar se vocês gastaram cinco ou dez, ou se gastaram quinze na obra que a gente protocolou. É isso que acabou de dizer. E eu estou preocupado, obviamente. Porque a gente quando herda, não herda só as coisas boas que a família nos deixou. Se houver alguma dívida, se houver algum compromisso do passado, nós temos que honrar o nome da família. E aqui temos que honrar o cargo que cada um ocupa e para qual foi eleito. É isso que eu peço. Que honrem os cargos para que foram eleitos e passa também por compromissos assumidos, por variadíssimas razões que eu não vou referir aqui, nem vou fazer política disso, não foram possíveis em tempo útil a gente cumpri-los, mas quem assumiu agora, santinha paciência. E eu digo-lhe uma coisa, eu entrei para a Junta de Freguesia

*Nota da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

37

de Vale de Mendiz em 1989. Foi eleito pela última vez o Senhor Presidente da Câmara Aníbal Ferreira e eu a primeira coisa que recebi quando fui para a Junta de Freguesia foi precisamente as dívidas. É logo a primeira coisa que entregam. É como quando se zangam as comadres, a mercearia faz logo contas e entregam logo a conta, como quem diz, deves-me isto, pagamos e ficamos com as coisas resolvidas. E a verdade é que eu, depois até utilizei como desculpa durante dois anos, Senhor Vice-presidente, que foi oh pá, eu não posso fazer nada, enquanto tiver dívida para pagar, vou pagar a dívida e depois se sobrar algum dinheiro vou fazendo alguma coisa. Portanto, a este nível é isso que eu queria referenciar. Estou preocupado". -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Senhor Vice-presidente para responder. ---

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Não foi nada disso que eu disse, acho que o Senhor Deputado Telmo se está a precipitar na conclusão que está a tirar. Não foi nada disso que eu disse. Provavelmente eu poderia ter dito mais e deveria ter dito mais. Deveria ter dito que há outra modalidade, que é uma atribuição da Assembleia pode autorizar a transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, para financiamento das competências próprias das Juntas de Freguesia, isso é outra música, perdoa-me a expressão. Isso é outro assunto. Se estivermos a falar de delegação é assim mesmo e não é de outra forma, porque pressupões execução de um determinado trabalho, de uma determinada acção e está sujeita a verificação, como é óbvio e a um relatório. Mas isso também terá de ser as Juntas de Freguesia a dizer o que é que querem. Por exemplo, há juntas de freguesia que estão com uma situação financeira relativamente desanuviada e não têm esse problema. Também estamos cá. A Junta de Freguesia de Vila Chã, tanto quanto sei, Alijó também, não terão dívidas, penso eu. Poderão reunir condições para um acordo de execução e aceitar delegação de competências e não só, enquanto que outras Juntas de Freguesia que não estejam nessa situação, eu só vejo como alternativa, que a Câmara Municipal, por deliberação desta Assembleia, transfira uma determinada verba, que se há-de encontrar essa verba, obviamente, para financiar competências próprias. Porque é assim, limpeza de vias, imagine, ruas, espaços verdes, tudo isso, a execução a gente sabe como é que é. Não há ali obra física de novo a fazer. Percebe Telmo? Acho que conseguimos passar por cima. Enquanto que na delegação de competências, isso não, têm mesmo que ser ao abrigo de um projecto de execução e tem que ser verificável. ---

Agora, os Senhores Presidentes de Junta vão reflectir, vão decidir, a equipe técnica vai ajudá-los e vamos avançar. -----

Relativamente ao veículo Kia e ao suposto uso do veículo, não, isso é completamente mentira nem nunca permitiria uma situação dessas como é óbvio. O veículo do Município não foi usado para isso. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** O Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos para fazer um intervalo de dez minutos. -----

Retomou os trabalhos com a realização de nova chamada. De seguida introduziu o primeiro ponto da ordem de trabalhos "Exposição do Senhor Presidente da Câmara – Apreciação, nos termos da alínea c) n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09". Deu a palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** Voltou a cumprimentar os presentes e disse: "Foi distribuída aos membros da Assembleia, uma exposição com alguma extensão, que eu me permito não ler na íntegra. Preparei um resumo que vos vou dar conta. -----

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

32  
*[Handwritten signature]*

À data da presente informação, dia 20 deste mês de Junho, o Município de Alijó tem uma dívida a fornecedores sensivelmente de 6 milhões de euros. Desta dívida, que engloba dívida corrente e dívida de investimento, a dívida a fornecedores de imobilizado (investimento) representa cerca de 33%.

Relativamente aos empréstimos bancários, estes são pagos de acordo com as cláusulas contratuais, encontrando-se em dívida cerca de 13,8 milhões de euros.

A dívida a entidades financeiras, resultantes de acordos de pagamento entre o Município e os empreiteiros, provenientes de acordos de factoring celebrados pelos empreiteiros está a ser paga mensalmente de acordo com os planos de pagamento.

Desde a data da última sessão da Assembleia Municipal, realizada em 30 de Abril, apresentam-se os valores de forma resumida, extraídos do mapa de fluxos de caixa, discriminando os valores recebidos e pagos por grupos de receita e despesa.

Quanto a recebimentos, apresenta-se o seguinte valor: aproximadamente 2.000.000.00 €. Quanto a pagamentos, o valor é, aproximadamente: 2.200.000.00 €.

Ainda em relação à situação económica e financeira, importa referir, que o Plano de ajustamento financeiro do Município de Alijó, inclui além do PAEL, um outro empréstimo de reequilíbrio financeiro.

Em relação ao primeiro empréstimo, o mesmo encontra-se visado pelo Tribunal de Contas, tendo já dado entrada nos cofres do Município o valor de 2.654.814,53€, respeitantes à primeira tranche, de 60%. A primeira tranche encontra-se executada estando a ser elaborados os mapas para verificação do Revisor Oficial de Contas, para assim proceder ao pedido de libertação da segunda tranche e que corresponderá a sensivelmente de 900.000,00€, 20%.

No que respeita ao segundo empréstimo, ainda não se encontra visado, estando o Município a preparar em simultâneo a actualização de dados e a resposta ao Tribunal de Contas, para submeter novamente a visto os contratos celebrados com a Caixa Geral de Depósitos e Caixa Agrícola.

As condições dos empréstimos contratados e submetidos a visto do Tribunal de Contas, mereceram por parte dessa entidade, inicialmente uma posição negativa nomeadamente ao que respeita à sustentabilidade financeira do Município, ou seja, à capacidade que o Município teria para proceder à liquidação das suas obrigações.

Consciente desta situação, o Executivo decidiu interpelar as instituições financeiras, a saber, Caixa Geral de Depósitos e Caixa Agrícola, no sentido de melhorar a sustentabilidade financeira do Município e assim melhorarem as condições financeiras dos empréstimos contratados, por forma a irem de encontro às necessidades do Município, nomeadamente o prazo de 20 anos para a operação financeira em causa.

Interpeladas as instituições, estas procederam à reanálise das condições do referido financiamento de reequilíbrio, comunicando ao Município os seguintes ajustamentos: Prazo Global: 20 anos – quando antes eram 15 anos; Spread: 4,25% - o anterior era de 6,5 %; Comissão de acompanhamento e gestão que era uma taxa fixa anual de 0,25 € desapareceu.

Também em relação à cláusula da garantia bancária, elas foram revistas e adaptadas à legislação.

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*





ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

33

Ou seja, por outras palavras, a renegociação do reequilíbrio financeiro significará uma poupança anual para o Município de aproximadamente meio milhão de euros, isto para que toda a gente perceba do que estamos a falar.

Acresce ainda, que o serviço da dívida diminuí consideravelmente e que o ajustamento aprovado pelas instituições financeiras não fragiliza a sustentabilidade financeira do Município, porque houve ajustamento do prazo e diminuição dos custos financeiros associados à operação, o que permite uma maior robustez do plano.

Desde o início do processo de adesão ao PAEL, em 2012, o Município teve que cumprir com as suas obrigações financeiras, por conseguinte e decorridos mais de 20 meses, após a aprovação do Plano de Ajustamento Financeiro, quer pelo órgão executivo quer pelo órgão deliberativo, sem prejuízo de posteriores actualizações, tomou-se necessário ajustar o mapa VII do Plano de Ajustamento Financeiro, onde constam as contas a pagar não abrangidas pelo PAEL, tendo sido incluídas novas dívidas que entretanto se tornaram certas, líquidas e exigíveis.

Era o que tinha para vos expor nesta primeira intervenção, fico ao vosso dispor para qualquer esclarecimento.

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Abriu período para pedidos de esclarecimentos, tendo-se inscrito os Senhores. Deputados Luís Lameiras e António Lousa.

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** Voltou a cumprimentar os presentes e disse: “A primeira coisa que queria aqui dizer e é um assunto recorrente, pelos vistos, há alguns assuntos recorrentes que eu tenho de trazer aqui para depois eles serem resolvidos. Na passada sessão falei aqui da questão do turismo do Pinhão, ou seja, concretamente, no posto de turismo. Por aquilo que me é dado a perceber, pelos documentos que acompanham este ponto número um constato, e aliás eu vivo lá e sei de facto que é isso que acontece, constato que o posto de turismo ainda não reabriu, apesar de existir, tal como eu disse, existir na estação de caminho-de-ferro da REFER, um espaço reservado para esse efeito. Com meia dúzia de euros, eu não percebo nada de obras, mas julgo que é isso, meia dúzia de euros, resolvia-se o problema, ou seja, uma pintura e pouco mais. A questão estaria provavelmente no pagamento do salário à pessoa que iria desempenhar essa tarefa.

E portanto, sendo o nosso Concelho, e acima de tudo o Pinhão, tão importante em termos turísticos é absolutamente lamentável que já estejamos a meio da época alta de verão e este problema ainda não tenha sido resolvido. E eu sugeria aqui o seguinte, esta Câmara tem nos seus quadros muitos Assistentes Técnicos e muitos Técnicos Superiores. Porque não fazer deslocar para o Posto de Turismo do Pinhão um destes trabalhadores? Porque não fazer isso? Uma vez que a Junta de Freguesia do Pinhão já tem três trabalhadores a seu cargo e portanto já depende bastante dinheiro em termos de salários. Porque não resolver esta situação que me parece extremamente fácil de resolver. É um absurdo, num Concelho como o nosso, acima de tudo o Pinhão, com um proeminente turismo como aquele que existe e não estar um posto de turismo aberto. Isto é impensável, não se percebe.

Depois queria dizer o seguinte relativamente à actividade que este Executivo tem efectuado ao longo do tempo, ao longo de oito meses. Então, vou também recorrer aqui a um assunto que tem a ver com o seguinte e portanto, nunca é de mais sublinhar este facto. O executivo permanente do PSD logo que tomou posse, só teve uma preocupação. Foi a correr para a comunicação social dizer que a dívida herdada não lhes ia permitir fazer mais nada, a não ser gerir a dívida. Eu digo que na realidade, este Executivo permanente do PSD, em oito meses que já leva de

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

34

governação, nada mais fez, a não ser aquilo que é o trabalho rotineiro de uma Câmara Municipal. E devo dizer também, que o vosso estado de graça já se esgotou há muito tempo. Por isso, é preciso fazer jus às promessas eleitorais do PSD, às vossas promessas eleitorais. —

Eu devo dizer que fiz um trabalho de investigação relativamente a essa matéria e se a vossa memória é curta, passe a expressão, vou-lhe renumerar aquilo que os Senhores disseram em campanha eleitoral, por exemplo. No discurso de apresentação do candidato do PSD à Câmara de Alijó, a determinado passo pode-se ler o seguinte e vou passar a citar. Diz assim «apresento-me a todos os meus conceterrâneos, com o propósito firme de travar o declínio a que o meu Concelho parece tragicamente estar condenado. Alijó, um Concelho outrora rico, dinâmico e empreendedor vê-se hoje com os indicadores de desenvolvimento mais baixos de toda a região». E eu pergunto, o que é que já foi feito para reverter esta situação? —

Depois, pode-se ler ainda «acredito que é possível com a ajuda de todos e muito em especial com a ajuda dos jovens, encontrar novos caminhos de desenvolvimento e progresso para o Concelho, recorrendo à nossa grande fábrica, que é a terra». E eu pergunto, que caminhos é que os Senhores, já desbravaram para levar o nosso Concelho ao desenvolvimento e ao progresso? E pergunto ainda, são os caminhos que os Senhores abriram com os dezasseis mil euros para a agricultura, caça e pesca? —

Depois lê-se ainda o seguinte e daqui a pouco já termino. É breve. «A partir da terra é possível criar a nossa riqueza. Tenciono ser uma voz viva e activa na defesa dos interesses de todos e na procura incessante de soluções para os viticultores e para os problemas da região demarcada do Douro». E eu pergunto, o que é que já foi feito para resolver os problemas dos viticultores da região demarcada do Douro e em especial no nosso Concelho. Pelos vistos, parece que nada, uma vez que na próxima quarta-feira, os viticultores da região e com certeza que vão estar lá muitos do nosso Concelho, vão protestar contra as políticas que este governo tem vindo a encetar relativamente à região do Douro e à Casa do Douro. —

Diz-se ainda nesse discurso. «A Norte, o território de Alijó padece de uma desertificação acelerada, do abandono da terra. Só com uma estratégia solidária combinada entre o poder central, Município e Municípios vizinhos será possível apoiar jovens e fixar outros que apostem numa agricultura alternativa à tradicional. Lutar por estes objectivos é o maior desafio da minha vida». O que é que foi feito junto do poder central? Digam-me concretamente, o que é que foi feito para combater a desertificação do nosso Concelho e ao abandono das terras? Os jovens têm sido apoiados e outros têm sido fixados para poderem apostar na tal agricultura alternativa à tradicional? É com as políticas deste governo que se fixam os jovens no nosso Concelho, quando ameaçam encerrar tribunais, finanças, segurança social e encerram mesmo as escolas?

Depois, queria-me reportar também àquilo que disse o Senhor Presidente em exercício na campanha eleitoral. Diz assim «aceitei integrar a lista de Carlos Jorge à Câmara Municipal de Alijó porque convergimos nas soluções a adoptar para resolver os constrangimentos que o Concelho de Alijó enfrenta. —

— **PRESIDENTE DA MESA:** “Oh Senhor Deputado, desculpe lá, mas acho que intervenções de natureza mais política, digamos assim, já tiveram espaço no espaço antes da ordem do dia. Eu acho que devemos ser pragmáticos e tentar ir ao encontro da exposição do Senhor Presidente, senão, eu acho que as pessoas começam a sentir-se cansadas, porque já ouvimos aqui repetir as mesmas ideias várias vezes. Portanto, eu pedia-lhe para ser mais pragmático e intervenções de natureza política guardem-se para antes da ordem do dia e agora

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

36

façam as perguntas directamente à exposição do Senhor Vice-presidente. Por favor, senão não saímos daqui hoje. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** "Já terminou? Olhe, devo dizer-lhe o seguinte. Que eu saiba, o grupo Parlamentar do Partido Socialista tem dezoito minutos de intervenção por cada ponto da ordem do dia e portanto, a gestão desse tempo é da responsabilidade do Partido Socialista". \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PRESIDENTE DA MESA:** "Desculpe. Senhor Deputado eu vou-lhe dizer que nas primeiras rondas foi ultrapassado esse tempo e eu não chamei à atenção de ninguém. Foi ultrapassado esse tempo. Eu só estou a chamar à atenção para ser mais pragmático, porque há pessoas que têm reuniões ainda hoje, Assembleias de Freguesia. Só lhe estou a pedir para ser pragmático à exposição do Senhor Presidente". \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** "Senhor Presidente, como lhe disse, cada grupo com assento nesta assembleia tem um determinado tempo para poder intervir e como tal, o Partido Socialista tem dezoito minutos. Agora, acho que tenho toda a liberdade de expor aquilo que é o meu ponto de vista. \_\_\_\_\_

Estava eu a dizer que relativamente ao Senhor Presidente em exercício dizia assim, «aceitei integrar a lista de Carlos Jorge à Câmara Municipal de Alijó porque convergimos nas soluções a adoptar para resolvermos os constrangimentos que o Concelho de Alijó enfrenta. Nunca tive medo de desafios e abraço esta causa com entusiasmo que em tudo quero fazer, para que as gerações mais jovens não recebam uma herança de tal modo pesada que lhes dificulte a vida». E eu pergunto, que soluções é que já foram adoptadas para resolver os constrangimentos do Concelho, nomeadamente da tal herança pesada de que fala? \_\_\_\_\_

Relativamente às declarações da Senhora Vereadora da Cultura, diz assim «mudar é urgente e por tal aceitei integrar esta candidatura à Câmara Municipal de Alijó. Com o Carlos Jorge Magalhães como Presidente da Câmara Municipal de Alijó todo o Concelho ganha novos horizontes, novas perspectivas de vida e renasce a esperança para os que cá vivem e para os que querem regressar». E eu pergunto à Senhora Vereadora, o que é que já mudou, que novos horizontes ganhou o Concelho? A esperança renasceu para quem cá vive? E para os que querem voltar, já foi feita alguma coisa? Antes pelo contrário, pois todos nós bem sabemos que o nosso Concelho está cada vez mais desertificado. \_\_\_\_\_

Como podemos constatar pelas promessas do PSD em campanha eleitoral e pela prática real efectiva que este Executivo tem desencadeado, tudo somado dá zero absoluto. Portanto, nada daquilo que disseram foi ainda posto em prática. Os Senhores apenas têm feito um trabalho meramente administrativo e que se confunde com o trabalho dos quadros desta Câmara. Portanto, se os Senhores não são capazes de resolver os problemas do nosso Concelho, só têm uma solução e essa os Senhores sabem muito bem qual é que é. Tenho dito Senhor Presidente". \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** "Vou-me cingir ao ponto número um, à exposição do Senhor Presidente e queria algumas explicações que na exposição do Senhor Presidente. Queria que me explicasse a entrada de novos processos no Tribunal Administrativo Fiscal de Mirandela. Processo 250/14.2BEMDL. Parte contrária Copfer. Montante, 118.625,60€. Dos autos, apenas foram realizados trabalhos no valor de 64.538,29€. Trabalhos a mais reclamados 88.269,01€. Objecto de litígio, trabalhos a mais da empreitada de requalificação da

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

36

zona central de Vila Chã. Eu pertenço a esta Freguesia, de residência, e que eu saiba, esta obra na minha opinião ainda não está concluída, mas estão aí algumas pessoas para explicar. -----

Outro processo do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela. Acho que aqui houve deficiência dos serviços, porque o processo n.º 97/14.6BEMDL: parte contrária Maria da Piedade Afonso Paredes; Ação administrativa não tem de quê; o montante não está afixado e diz, processo em fase de contestação. Gostava de explicações sobre estes dois processos. Muito obrigado Senhor Vice-presidente". -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Senhor Vice-presidente para responder às questões colocadas. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Relativamente aos processos que deram entrada no Tribunal e que ainda estão a decorrer em Tribunal e permitia-me se o Senhor Presidente não se importar que fosse a minha colega, Vereadora Dr.ª Cristina Felgueiras que falará sobre elas, porque estará com certeza mais por dentro do que eu. -----

Relativamente às questões levantadas pelo Senhor Deputado Luís Lameiras devo-lhe dizer que fiquei radiante por saber que traz no bolso a cábula, com as nossas declarações, as nossas declarações, as nossas promessas. Pode ser que lhe sirvam para o futuro. Senhor Deputado Luís Lameiras, há bocadinho falei aqui sobre, por exemplo, a tomada de posição deste Executivo relativamente à problemática da Casa do Douro e à problemática da Casa do Douro. Como deve compreender é uma problemática que envolve também os viticultores do Concelho de Alijó e garanto-lhe que fomos duros na tomada de posição. E levantei aqui um bocadinho a ponta ao véu, passe a expressão e disse algumas propostas que fizemos. Mas terei todo o gosto em lhe remeter, num futuro próximo, nos próximos dias, uma cópia da nossa tomada de posição e daquilo que nós reivindicamos para a região do Douro e obviamente também para os viticultores do nosso Concelho. -----

Ouvimos aqui tantas coisas, ouvimos aqui, já hoje, Senhores Deputados que se congratulam por determinado trabalho ter sido feito no nosso Município e o Senhor vem-me falar num zero absoluto. O Senhor deve andar distraído Senhor Deputado. Devo dizer-lhe que já estamos num processo bastante adiantado, para estudo de fixação neste Concelho de um grupo de 40 jovens empresários agrícolas. Temos uma firma que nos lançou o repto, quer instalar neste Concelho, 40 jovens empresários agrícolas que produzirão para uma determinada firma. Também lhe daremos conta, quando tivermos as coisas mais consolidadas, deste processo. Não é fácil, como deve compreender, arranjar uma área e terá que ser uma área contígua, para instalar 40 jovens empresários agrícolas, que é na produção da área dos cogumelos. Isto requer, no mínimo, 40 hectares. Não é fácil, mas estou convencido que o vamos conseguir. Estamos a trabalhar para isso. -----

E dizer-lhe também que não fomos nós que fomos para a imprensa Senhor Deputado. Está enganado. Faça a contabilidade, aliás ela é simples, é só fazer contas de somar e vê que não fomos nós que fomos para a imprensa. Não fomos os primeiros pelo menos e não temos sido nós a ir para imprensa falar daquilo que não fazemos, não temos sido nós Senhor Deputado. -----

Como deve compreender, nós temos vivido amordaçados por uma ameaça que pairava sobre o nosso Município. E paira. Mas estamos convencidos que vamos sair desta. Vamos dar o passo seguinte, vamos consolidar as nossas contas e aí sim, podemos pensar em voos mais altos. E o Senhor ainda há-de ter oportunidade de ver que de facto, as promessas para nós são para

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

37

cumprir, porque nós sim, somos pragmáticos Senhor Deputado. Politiquice barata, gratuita, não é connosco. Muito obrigado".

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra à Senhora Vereadora Cristina Felgueiras para responder sobre as questões levantadas pelo Senhor Deputado António Lousa. -----

----- **VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS:** "Quanto aos processos, uma nova entrada que é o processo n.º 250/14, que é da empreitada, Requalificação da Zona Central de Vila Chã. Como aqui referimos, só foram cumpridos cerca de 64 mil euros dessa empreitada, do que estava contratado. O que nos dizem os serviços técnicos é que todos os trabalhos a mais que lá aconteceram, ou diferenciados, não serão trabalhos a mais, são trabalhos diferenciados, não teve nenhuma ordem da Câmara. Se é verdade ou não vamos apurar em tribunal. Por isso não se concluiu efectivamente a empreitada principal. Não há uma obra de recessão definitiva, porque este valor de 118 mil euros não foi cumprido. -----

Relativamente ao processo n.º 97/14, da Senhora Maria da Piedade Afonso Paredes foi um acidente que houve enquanto decorria uma empreitada em Carvalho e a senhora ter-se-á magoado numa perna e são cerca de 80 mil euros. Já não sei precisar agora o valor da indemnização que é pedida. Mas eu para a próxima corrijo essa informação". -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Senhor Deputado Telmo Pinto. -----

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** "Eu gostava de interpelar, quem foi Presidente da Junta, o Senhor Vereador Fernandes para nos falar sobre esta obra. Acho que ele é a pessoa mais capaz para nos esclarecer relativamente a isto". -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Senhor Vereador António Fernandes, pedindo-lhe que fosse conciso e preciso. -----

----- **VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES:** Começou por cumprimentar os presentes e disse: "Acho que sobre este assunto muito pouco se me oferece a dizer, até porque, quem me conhece, sabe que sempre fui defensor de rigor das obras. Também posso dizer, que se mais não há naquela obra, já o disse em outros locais, é por intervenção minha, porque em determinadas alturas, até comigo em Lisboa, recebi chamadas no sentido de que era preciso mais isto, mais aquilo e mais outras coisas. Bom, sem me desviar daquilo que acabei de dizer, eu estou totalmente à vontade, primeiro para assumir todas as responsabilidades do que se passou nessa obra enquanto eu fui Presidente. -----

Segundo, também queria chamar aqui à atenção, se a obra era no valor de 118.625,60€, se só foram pagos 64.538,29€, há aqui uma decalagem do valor da obra em relação ao que foi pago. Não vou fazer como o Guterres, agora façam as contas, basta confrontar os números. Se agora aparece uma dívida de 88.296,01€, queria dizer que a Junta cessante, ou seja, a que cessou as suas funções no último mandato, nada assume, como nada assumiu antes. Portanto, o que é que eu quero dizer. Que o que foi feito e estes valores podem divergir, na minha opinião estou à vontade para o dizer, que pode acontecer de décalage de serviços que fizeram, com certeza e que não os quiseram incluir. Isso é outra questão. Digo aqui e assumo que no que concerne à Junta de Freguesia e a quem tomou agora as responsabilidades, estou a dizer-lhes aqui, aquilo que lhes disse, porque também fui questionado sobre isso, para me explicar sobre a questão daquela obra. Aquilo que eu disse a quem tomou responsabilidades é aquilo que eu digo aqui. A Junta de Freguesia não tem, mas é que não tem, nenhuma responsabilidade em relação a este diferencial, que eu até desconhecia, até ver os documentos como os Senhores. viram. E daí é

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

38

que vem e sem estar aqui a querer dourar a questão, a boa gestão da Freguesia de Vila Chã deveu-se sempre àquela questão de separar as águas, ou seja, o que é, e até é um bom exemplo para os Senhores. Presidentes de Junta, obra que é executada pela Câmara, a Câmara é que tem a sua responsabilidade. Há um concurso, foi feito esse concurso, se foi cumprido ou não foi cumprido, a Junta não tem nada a ver. Agora, o que a Junta teve e é o que eu aconselho a todos os Senhores. Presidentes de Junta é que acompanhem os trabalhos. Acompanhem os trabalhos por favor. Porquê? Porque todos nós sabemos que aqui há dois pontos de interesse. Um é o empreiteiro, o outro é a Autarquia. E ninguém, mas é que ninguém, da experiência que tenho defende melhor os interesses da Autarquia a não ser os respectivos Autarcas. Repito para finalizar e não vos maçar. Aquela obra era uma obra do Município, era uma obra da Câmara Municipal, portanto, toda a responsabilidade do que se ali passa, houve um concurso, houve todas essas diligências necessárias, a Câmara Municipal tem a responsabilidade. Se deve ou não deve, eles é que sabem. Não me venham dizer, como me disseram noutro tempo, que desconheciam. Não, ninguém desconheciam aquela obra, que houve um concurso, portanto foi concursada foi tudo ali feito como deve ser. Se agora aparecem estes valores, este diferencial é entre a Câmara e entre o empreiteiro. A Junta de Freguesia não tem nenhuma responsabilidade ali, ponto final. Muito obrigado".

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Introduziu o segundo ponto da ordem do dia "*Aprovação dos Ajustamentos Contratuais e respetivas adendas referente aos Contratos de Empréstimo – Reequilíbrio Financeiro – CGD e CA*". Referiu que o ponto tinha sido aprovado por unanimidade em reunião de câmara do dia 20/06. Deu a palavra ao Senhor Vice-presidente para dar alguma explicação sobre o ponto em discussão.

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Se me permitem, na intervenção que acabei de fazer há bocadinho, basicamente já referi as alterações que se conseguiram na renegociação do reequilíbrio financeiro. Repito, foi o alargamento do prazo de quinze para vinte anos. foi a redução do spread de 6.5 para 4.25. E foi o desaparecimento, permitam-me que fale assim, de uma taxa fixa anual de 0.25, taxa de manutenção, julgo que era assim, do empréstimo. Isto será feito em regime de adenda ao contrato que vinha do passado, porque de outra forma não seria possível, não teríamos cobertura legal para o fazer. E penso que nada mais se me oferece dizer sobre isto. Passou em reunião de câmara unanimemente e vem aqui agora para aprovação. Seguidamente serão preparados os documentos para visto de Tribunal de Contas para que os fundos possam vir. É isso, mais ou menos, o que tenho para vos dizer.

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Abriu período de intervenções, tendo-se inscritos os Senhores. Deputado António Lousa e Samuel Cunha.

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** "O PSD, depois de analisar este ponto, é só para dizer que vota a favor".

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Senhor Deputado Samuel Cunha.

----- **DEPUTADO SAMUEL CUNHA (PSD):** "Gostaria só de realçar o esforço na redução das taxas de spread deste Executivo, o esforço que realmente em oito meses de gestão, que realmente em tão pouco tempo consegue-se reduzir meio milhão. Portanto afinal, há trabalho a ser feito e há trabalho que está a ser mostrado. Portanto, gostava de dar os parabéns ao Executivo por este feito. Estamos no bom caminho, já é sempre alguma coisa, meio milhão já ajuda para muita coisa. Era só, muito obrigado".

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

39

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Colocou a votação o ponto dois da ordem do dia “Aprovação dos Ajustamentos Contratuais e respectivas adendas referente aos Contratos de Empréstimo – Reequilíbrio Financeiro – CGD e CA”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com 29 nove votos a favor. -----

De seguida colocou o terceiro ponto da ordem do dia em discussão, “Aprovação do Ajustamento do Plano de Ajustamento Financeiro, por actualização do Quadro VII e XII”. Informou que aquele ponto fora aprovado por maioria em reunião de câmara de 20/06, com a abstenção do Senhor Vereador Dr. Miguel Rodrigues. Deu a palavra ao Senhor Vice-presidente para se pronunciar sobre o ponto em discussão. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Está em causa aqui a ratificação do quadro VII. O quadro VII tem a ver com uma listagem, um elenco de faturas, que dão corpo, ao Plano de Recuperação Financeira, designadamente ao reequilíbrio. E porque é que vem aqui este quadro. Vem aqui este quadro porque houve necessidade, por força de ameaças que tínhamos, entre aspas, de empreiteiros e de credores, de executarem a Câmara, tiveram de ser pagas. E o Município pagou, fez acordos com os privados. Entretanto, também é verdade que surgiram novas facturas. Foram consideradas certas, líquidas e exigíveis. É assim que os advogados falam. Portanto, foram incluídas neste quadro. -----

Portanto, em resumo, do que é que se trata a revisão deste quadro? Exactamente que, se houve facturas que deveriam ser pagas pelo futuro reequilíbrio, pelos dinheiros que vêm aí, tiveram que ser pagas a expensas do orçamento do Município. Obviamente que foram retiradas e foram incluídas facturas que entretanto foram consideradas dívida. É disso basicamente que se trata. --

Relativamente ao quadro XII é um mapa que vem do Executivo anterior, que está ligado também a este plano de recuperação financeira da Câmara Municipal, que prevê uma série de investimentos, linhas de investimento de actuação e que nós fizemos, sem mexer nos valores globais anuais foi integrar aqui alguns projectos que queremos ver executados. Isto também para responder já agora ao Senhor Deputado Luís Lameiras, que já falou neles. Eu dispensei-me de falar neles aqui. Era isso, muito obrigado”. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Abriu período de intervenções, tendo-se inscrito os seguintes Senhores. Deputados: Samuel Cunha, António Lousa e Laureano Guedes. -----

----- **DEPUTADO SAMUEL CUNHA (PSD):** “Isto praticamente um bocadinho para responder ao Senhor Deputado sobre o trabalho que este Executivo está a ser feito, ou não, e das promessas ou dos trabalhos que foram propostos durante a campanha. A resposta está aí mesmo, no quadro XII, tal e qual como o Senhor Vice-presidente referiu e bem. Efectivamente, nós não falamos por falar. Possivelmente não viu o quadro com pés e cabeça. Estão lá, nas últimas linhas, os projectos de utilidade pública que foram propostos na campanha, portanto, a Universidade Sénior, a Unidade Móvel de Saúde, e Unidade Móvel de Pequenas Reparações e portanto está tudo lá e é de louvar o esforço, tendo em conta que não se mexeu em fundos, não se aumentou fundos. Portanto, o ajustamento foi feito de forma que estes projectos de utilidade pública fossem postos nestes planos plurianuais. Portanto, era só também para reforçar a ideia de que a Câmara, afinal está a trabalhar, não está só a fazer serviço de secretaria”. -----

**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** “Depois de analisar estes mapas, isto era mais uma recomendação à Câmara. Nas novas dívidas que vieram sustentar estes quadros, se a gente ler com atenção, há algumas parcelas, dívidas, muito diminutas. Dezasseis euros, cinquenta euros,

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

40

quarenta euros, oitenta euros e as pessoas a quem a Câmara deve este dinheiro acham ridículo, se calhar, estar estas parcelas aqui nestes quadros. -----

Por isso, a recomendação que o Grupo Parlamentar do PSD faz à Câmara, quando este dinheiro, esta tranche for, que tivesse prioridade na liquidação destes pequenos montantes, para aliviar estes mapas, para o rácio da Câmara ser melhor. Há aqui contas de quinze euros. Acho que devíamos eliminar estas pequenas quantias. As grandes, sei que são mais difíceis. As grandes contas são das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e dos transportes, mas essas será numa próxima oportunidade. O Grupo Parlamentar do PSD vota a favor". -----

----- **DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS):** Voltou a cumprimentar os presentes e disse: "Este voto, com certeza em consciência, da minha parte, vai precisar de um esclarecimento, dado que o nosso Vereador tem aqui uma abstenção e eu confesso, na qualidade de líder da bancada, gostaria de ficar um pouco mais esclarecido e votar em consciência. É um esclarecimento mais pessoal, porque o MAIS vai votar individualmente, como entender, mas eu, se me é permitido e se o nosso Vereador Miguel Rodrigues estivesse com vontade de o fazer, talvez e com brevidade pudesse dar um pouco esse esclarecimento, qual a razão da sua abstenção". -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Senhor Vereador Miguel Rodrigues para prestar o esclarecimento solicitado. -----

----- **VEREADOR MIGUEL RODRIGUES:** Começou por cumprimentar os membros da Mesa, o Senhor Presidente em exercício, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, Presidentes de Junta e Público presente e disse: "Tenho todo o gosto em explicar a razão da abstenção e que tem a ver com o seguinte: com a candidatura ao PAEL, o programa de apoio à economia local, no final de 2012, o Município de Alijó comprometeu-se também a adoptar um plano de ajustamento financeiro. Ou seja, um conjunto de medidas do lado da receita e da despesa, que representam um compromisso do Município de Alijó. -----

Esse plano de ajustamento, que foi assumido com a candidatura ao PAEL, concretizou-se com vários mapas que foram anexados à candidatura ao PAEL, mapas esses que aliás estavam publicados em Diário da República, com o regulamento do programa de apoio à economia local e portanto esses mapas foram preenchidos e foram remetidos com a candidatura ao PAEL. -----

E as dúvidas que eu expressei em reunião de câmara têm apenas a ver com o facto de não me parecer suficientemente fundamentada, a necessidade ou a possibilidade legal sequer, de alterar um plano de ajustamento financeiro, depois da aprovação do PAEL ter ocorrido. Ou seja, houve uma candidatura ao PAEL, com essa candidatura o Município comprometeu-se com um determinado plano de ajustamento financeiro. Esse plano de ajustamento concretiza-se com uma série de mapas, incluindo os dois mapas que agora aqui vêm para alteração e não me pareceu que a fundamentação que acompanhou esta proposta e que consta dos documentos que vos foram entregues, explique de uma forma cabal, a própria pertinência legal, foi essa a expressão que eu utilizei, para esta alteração. -----

E a prova disso, é que o que está no documento escrito que acompanha essa proposta não corresponde exactamente com as explicações técnicas que foram dadas em reunião de câmara e nem corresponde com as explicações que aqui foram dadas pelo Senhor Vice-presidente. Portanto, há uma certa disparidade, sendo certo que estamos a falar de uma coisa muito séria, que é a alteração de um plano de ajustamento financeiro. É a alteração de um compromisso que o Município de Alijó assumiu e portanto, uma alteração destas, nesta altura em que o PAEL já

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*





ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

41

teve um visto e está em plena execução, parece-me que devia acontecer com uma fundamentação clara, plena e isenta de dúvidas. -----

E portanto, nestas matérias, até para evitar futura responsabilidade financeira, na dúvida eu entendi não votar a favor. Portanto é esta a explicação que eu tenho para dar ao Senhor Deputado. Muito obrigado". -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Colocou a votação o terceiro ponto da ordem do dia "Aprovação do Ajustamento do Plano de Ajustamento Financeiro, por actualização do Quadro VII e XII", tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte e oito votos a favor e uma abstenção. -----

Introduziu de seguida o quarto ponto da ordem do dia "Relatório do Plano de Ajustamento Financeiro/Saneamento Financeiro – nos termos do art.º 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28/08 e alínea c) do n.º 4 do art.º 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01". Informou que na mesma reunião de câmara foi aprovado por maioria, também com uma abstenção do Senhor Dr. Miguel Rodrigues. Deu a palavra ao Senhor Vice-presidente para prestar esclarecimentos. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** "É o relatório de execução da primeira tranche de dois milhões e seiscentos e sessenta mil do PAEL. Tem as facturas de suporte que lhe davam corpo. Sinceramente julgo que há aqui um valor residual, que eu não posso agora falar em concreto qual o valor, mas que não foi possível pagar porque entretanto a forma ou o credor terá falido, ou coisa parecida. De resto foi integralmente executado, de acordo com a ordem das facturas que lhe estavam apenas e é isso que se me oferece dizer. Temos o relatório pronto para que seja certificado pelo revisor oficial de contas e para que assim possamos requisitar a segunda tranche". -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Abriu período de inscrições para solicitação de esclarecimentos. Não havendo inscrições passou à votação do quarto ponto da ordem do dia "Relatório do Plano de Ajustamento Financeiro/Saneamento Financeiro – nos termos do art.º 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28/08 e alínea c) do n.º 4 do art.º 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01", tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte e oito votos a favor e uma abstenção. -----

Introduziu de seguida o quinto ponto da ordem do dia "Comemoração dos 500 anos do Foral da Vila – Debate proposto em Conferência de Representantes". -----

"Em Conferência de Representantes entendeu-se que a Assembleia Municipal muitas vezes é um campo de debate político e não muitas vezes se debatem questões verdadeiramente importantes para o Concelho. Foi sugerido que no âmbito das comemorações dos 500 anos do foral da vila, também se realizassem conferências sobre o futuro do Concelho sobre aquilo que seria melhor para o Concelho de Alijó. Portanto, qual seria a missão deste Concelho. E portanto foi sugerido que de facto a realização de conferências sobre este tema e também foi sugerido que se formassem equipas para poder ajudar a organização, que cabe ao Executivo, na organização deste evento. Foi isto que ficou assente em Conferência de Representantes". Deu de seguida a palavra aos Senhores. Representantes dos Grupos Municipais. -----

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** "É uma explicação, como é que surgiu este ponto na ordem de trabalhos, no fundo resulta quase de uma fase de reunião informal, em que o Senhor Deputado Laureano sugere a questão de uma Assembleia extraordinária, no sentido de debater até o próprio slogan que este Concelho está vestido, tem a ver com deslumbrante património natural e que achava interessante debater sobre o que é isto, o que é este slogan, portanto o

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

49

que é o Concelho na sua essência e aquilo que é o seu futuro. E então, foi no encaixe desta conversa que surgiu a intenção já do Senhor Presidente de Câmara em fazer as comemorações dos 500 anos do foral, que salvo erro faz agora em Julho, mas atendendo também àquilo que aconteceu, portanto o prazo estava-se a aproximar muito, já não era muito para poder organizar um evento desta natureza e então sugeriu-se criar uma comissão no sentido de melhorar a execução deste acontecimento e simultaneamente fazer porventura, uma Assembleia extraordinária, no sentido de fazer um debate mais alargado sobre o nosso Concelho. -----

Foi nessa perspectiva, ele depois entrou na ordem de trabalhos e estamos aqui um pouco para, cada um, da melhor forma que entender, discutimos o assunto, mas mais não é do que criar uma Comissão da Assembleia Municipal de acompanhamento e de aconselhamento, digamos, uma Comissão Executiva do próprio evento que se possa vir a organizar na data que assim também se entender organizar. Foi nessa perspectiva. Apelo também ao Deputado Laureano que se tiver alguma coisa a acrescentar em relação a isto, muito bem, mas penso que foi mais ou menos isto". -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** "Aliás foi também sugerido que cada Grupo Municipal apresentasse já um nome para esse grupo". Deu de seguida a palavra ao Senhor Deputado Laureano Guedes. -----

----- **DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS):** "Isto foi um tema e como diz muito bem o Deputado Telmo Pinto fez o retrato exacto daquilo que aconteceu. No entanto, eu devo dizer que um debate hoje não é possível. Hoje seria apenas uma sugestão para, porque a primeira questão que eu ia perguntar é que havendo um Pelouro da Cultura deve ter, com certeza, um projecto já alinhavado, porque de outro modo não se perceberia que o dez de Julho fosse por si uma data vazia. Acho que até lá deve haver acontecimentos para justificar, possivelmente já as comemorações, ou o início das comemorações dos 500 anos. -----

É evidente que uma Assembleia poderá sugerir muita coisa em termos de intervenção. Mas o Executivo, quanto a mim, é que deve dar o mote e saber de certo modo, como deve dinamizar um projecto destes. Julgo que não é um projecto, enfim, de um dia ou dois, mas se calhar é um projecto ao longo do ano em si, se tiver motivações para isso. -----

Eu não vou interpelar a Senhora Vereadora da Cultura neste momento, porque se não levantamos aqui polémicas complicadas. No entanto, se puder, já agora, dar uma visão sumariada daquilo que se pensou fazer quanto aos 500 anos, agradecia, porque isto não foi uma coisa ventilada na reunião de líderes, mas quanto a mim devia antes do mais, haver aqui uma apresentação prévia". -----

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** "Nós na reunião de líderes, a Assembleia só queria dar um contributo para dignificar mais o acto, dos 500 anos do foral de Alijó. Não quis sobrepor-se nem à Câmara, nem a ninguém. Era só um contributo. Foi assim que ficou decidido e estamos aqui para dar esse contributo. Não foi para nos pormos em bicos de pés, nem nada e a sugestão do Senhor Deputado Laureano era que nos baseássemos no mote da frase do slogan do Concelho, que era deslumbrante património natural. E foi nessa base, penso eu, fazer uma Assembleia temática na comemoração dos 500 anos. Era isso que nós estávamos dispostos a contribuir para isso e para mais nada". -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Abriu período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores. Deputados Vítor Sequeira e Alceu Costa. Deu a palavra ao Senhor Deputado Vítor Sequeira. -----

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Dosúbrante Património Natural

43  
*[Handwritten signatures]*

----- **DEPUTADO VÍTOR SEQUEIRA (PSD):** Cumprimentou de novo os presentes e disse: "Antes do mais, queria neste ponto dizer que fico contente por terem trazido este tema à Assembleia. Queria também informar, porque sei que nem toda a gente sabe, nem toda a gente está ao corrente, mas na mesma data e no mesmo dia foram entregues dois forais a dois Concelhos que existiam há 500 anos atrás e os dois Concelhos eram o Concelho de Alijó e o Concelho de Favaios. Portanto, o documento é o mesmo, penso que para a Câmara terá a mesma importância e o mesmo relevo. No entanto, a Junta de Freguesia de Favaios já começou a organizar algumas actividades que vai fazer para sinalizar essa data e na qual eu aproveito esta ocasião para informar todos os Deputados e convidá-los para no dia 13 de Julho fazerem uma caminhada que terá como objectivo um concurso fotográfico pelas paisagens de Favaios e no dia 20 de Julho, pela parte de tarde, pelas 16.30h irá ser inaugurada a placa comemorativa dos 500 anos do foral manuelino. A minha intervenção vai só no encontro de informar todos os Deputados e assim toda a população do Concelho de que na altura existiam os dois Concelhos e existem então esses dois forais. O foral de Alijó e o foral de Favaios". -----

----- **DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD):** "Eu também me quero congratular de não deixar passar este aniversário e alto, despercebido. Agora, faço votos, sinceramente, que não seja mais uma oportunidade perdida. Isto é, temos que saber aproveitar e dar o real valor a esta data, eu penso que isso passará obrigatoriamente por um debate sério sobre o futuro do Concelho. Não fazer isso. Limitarmos as comemorações a um simples foguetório, entre aspas, será aquilo que eu disse, perder uma oportunidade. Acho que sim. O que acho é que deveria ser promovido um debate, que é evidente que não deverá ser feito num só debate, mas este debate, mais do que uma sessão extraordinária, devia ser um debate alargado a todas as forças vivas do Concelho, isto é, Presidentes, Associações Culturais, as Escolas, Empresários, Bancos, quer dizer, nós deveríamos talvez alargar um bastante mais este debate, para todas as pessoas poderem manifestar-se e portanto, podermos ter um estudo muito mais abrangente. É evidente que com certeza não se poderá fazer num só debate e por isso teríamos de fazer mais do que um e temáticos. Mas essencialmente, não vamos deixar passar esta data em vão, que seria muito grave e muito lamentável". -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra à Senhora Deputada Eduarda Sampaio depois de esta a ter solicitado, apelando ao seu poder de síntese. -----

----- **DEPUTADA EDUARDA SAMPAIO (MAIS):** "Eu congratulo-me com tudo isto, só que lembro o seguinte. Escolhia-se os festejos da Revidouro no terceiro domingo de Julho por não haver festas, romarias, precisamente para não colidir com os festejos nas Freguesias. E portanto, uma vez que não vão ser comemorados dia 10, que foi dia 10 de Julho e falou ali o Senhor Presidente da Junta de Favaios, dia 13, precisamente o dia da festa de Vilar de Maçada e dia vinte. Eu acho, que se deveria aproveitar, já que não temos Revidouro, para fazermos um serviço bem feito, nessa terceira semana, em que podíamos englobar todas as Freguesias, todos os que quisessem trabalhar numa coisa bela, bonita e promovesse o Concelho, onde está também, naturalmente Favaios que também teve o seu foral na mesma altura. Acho eu que era preferível, porque senão estamos a tirar pessoas de um lado para o outro e já que não há Revidouro, aproveitássemos essa data. É uma sugestão, desculpem". -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra à Senhora Vereadora da Cultura para prestar esclarecimentos. -----

----- **VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS:** "Efectivamente, o acidente do Senhor Presidente atrasou aquilo que estava programado. Ele próprio alterou um bocadinho a

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

44  
*[Handwritten signature]*

concepção que tinha dos festejos. Os festejos serão para se prolongar, no mínimo, um fim-de-semana, terão no mínimo dois dias, independentemente da data em que vamos decidir fazer o festejo. Falou-se em Setembro ou outubro, mas temos o problema das vindimas. Depois temos quem goste do São Martinho, quem não goste, será sempre uma decisão não por unanimidade, mas que seja por maioria. -----

A ideia do Senhor Presidente, que tínhamos falado inicialmente, era envolver todas as Freguesias com as Associações e que pudessem em Alijó, fazer um ambiente medieval, não só feira, mas todo o ambiente medieval. Que fosse encenada a leitura do foral e depois a entrega e que o foral estivesse visível às pessoas. Isto é uma ideia inicial, que vamos ter de trabalhar. Se sair daqui um grupo de trabalho, com novas propostas, muito bem, é preciso sair daqui o grupo de trabalho. -----

Favaios fizeram eles próprios um programa, com uma Associação das Aldeias Vinhateiras e têm também uma encenação de rua e têm também um fim-de-semana também dedicado ao festejo do foral, no fim-de-semana de 20 de Julho. Eles querem festejar em Julho. Provavelmente também teremos de nos debruçar sobre o foral de Favaios e fazer lá, obviamente, alguma comemoração". -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Deu novamente a palavra ao Deputado Telmo Pinto. -----

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** "Ficariam os três líderes de bancada de fornecer o nome da pessoa que entenderem fazer parte dessa mesma Comissão de Apoio. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** "Mas isso já tinha sido pedido Senhor Deputado". -----

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** "Mas a qualquer momento faremos chegar isso". -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** "Então se estivessemos de acordo, cada um dos líderes municipais faria chegar o nome do representante e então também, sugeríamos o debate temático". -----

Introduziu de seguida o ponto número seis da ordem do dia "*Proposta de nomeação do Auditor Externo – Certificação Legal de Contas – Revisor Oficial de Contas – nos termos do n.º 1, do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 03/09*". Informou que foi aprovado por unanimidade na mesma reunião de câmara. Deu a palavra ao Senhor Vice-presidente para se pronunciar sobre este ponto. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Senhores Deputados vem então aqui uma proposta de nomeação de um Revisor Oficial de Contas. Como sabem, ao abrigo da Lei 73, o Município tem que ter um Revisor Oficial de Contas, que é quem certifica as contas do Município. Isto desenvolveu-se por um processo de concurso. Não houve contestação. Concorreram vários, não me recorda agora o número, mas são uma série deles. Foi escolhido um deles, daí aqui a proposta de nomeação, isto porque, os efeitos desta nomeação prolongam-se para além de um ano civil, são três anos, tem mesmo que vir à Assembleia para aprovação". -

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Abriu período de inscrição, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Luís Lameiras e António Lousa. -----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** "Queria perguntar ao Senhor Presidente em exercício se o Revisor Oficial de Contas que faz o preço mais barato, é apenas uma pergunta, nada mais do que isso, se fará também um trabalho mais eficiente do que os restantes que concorreram?" -----

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

45

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** “Eu congratulo-me, porque não foi só o preço mais barato, porque na proposta que ganhou, não sei quem é, mas também faz um preço mensal por mês, ou seja, se a Câmara quiser pagar por mês, também pode pagar por mês, se calhar é mais fácil. -----

Nas propostas acho que nesta altura, tendo em conta a situação da Câmara, o mais barato, não sei se será o melhor, mas ao menos tem uma garantia, é o mais barato. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Deu de novo a palavra ao Senhor Vice-presidente para responder ao Senhor Deputado Luís Lameiras. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Senhor Deputado, às vezes o barato sai caro, diz o povo, mas pelo menos é transparente, há um critério. Poderíamos, aliás o Dr. Miguel em reunião de câmara chamou á atenção, poder-se-ia ter incluído aqui outros parâmetros, por exemplo, ter desenvolvido já trabalho anteriormente para outras câmaras. Essa experiência também é importante. Mas pronto, foi o critério. Agora também é certo que eles estão inscritos numa ordem e se eles estão habilitados para desempenhar essa função, quem somos nós para duvidar.-----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Colocou a votação ponto número seis da ordem do dia “Proposta de nomeação do Auditor Externo – Certificação Legal de Contas – Revisor Oficial de Contas – nos termos do n.º 1, do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 03/09”, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com 30 votos a favor. -----

De seguida introduziu o ponto número sete da ordem do dia “Eleição de dois elementos para integrarem a Comissão alargada da CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens”. Perguntou se as bancadas tinham propostas a colocarem à Mesa. Deu a palavra ao Senhor Deputado Telmo Pinto. -----

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** “Relativamente a este ponto, apraz-me dizer só que o Partido Socialista conversou com a bancada do Movimento MAIS, numa perspectiva de estabelecermos aqui um acordo no sentido de fazermos até lista única, contudo entendemos que iria-mos apresentar as duas bancadas, iríamos apresentar uma lista de duas pessoas para este órgão. E sendo assim, quer a bancada do Partido Socialista, quer a bancada do Movimento MAIS apresenta a Deputada Eduarda Sampaio e o Deputado Cláudio Vilela para pertencer à CPCJ”. -----

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** “O Grupo Parlamentar do PSD apresenta Glória Carvalho e Cláudia Morais”. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Deu início à votação, tendo atribuído à lista do PS e Movimento MAIS a letra A e a lista do PSD a letra B. Realizada a votação, a lista A obteve 17 votos e a lista B obteve 12 votos. Deste modo foram eleitos os Senhores. Deputados Eduarda Sampaio e Cláudio Vilela. -----

De seguida introduziu o ponto oito da ordem do dia “Aprovação de colocação de sinais de trânsito na zona envolvente do Conjunto Habitacional de Alijó – nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09”. Informou que este foi aprovado na última reunião de Câmara por unanimidade. Deu a palavra ao Senhor Vice-presidente para se pronunciar sobre este ponto. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Só para dizer que esta proposta surge dos moradores do bloco habitacional de Alijó e visa proibir os estacionamento de viaturas em frente

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

46  
*[Handwritten signature]*

às garagens, estabelecer um sentido único de circulação e um sinal de estrada com prioridade no cruzamento da Rua Albano Noura, com a Rua do Campo de Tiro. São três sinais apenas". —

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Abriu período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores. Deputados Alceu Costa, Domingos Henriques, Telmo Pinto, António Lousa e Laureano Guedes.

----- **DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD):** "Eu acho muito bem, acho que sim senhor, que se faça isto, mas gostaria de dizer que talvez fosse a altura do Executivo pensar fazer uma coisa que foi feita para aí há vinte anos ou talvez mais, que foi pedir à GNR e juntamente com pessoal da Câmara, fazer um levantamento do Concelho todo, Freguesia a Freguesia, porque há imensas situações irregulares. Eu estou-me a lembrar, por exemplo em Cheires há uma sinalização que não está legal. Imaginem o que é amanhã um carro ser apanhado em sentido contrário, perante a lei ele não pode ser penalizado. Estou-me a lembrar do caso da subida da Senhora da Piedade que tem lá umas placas a proibir o trânsito a carros pesados, nada disso está legal. Presumo que até a própria Rua Direita em Sanfins não está. E quem diz o caso de Sanfins, diz os casos que haverá, com certeza, pelo Concelho todo. Portanto talvez fosse a altura, não se gasta dinheiro nenhum, pedir à GNR a colaboração, para em colaboração com o pessoal da Câmara fazer um levantamento das diversas situações do Concelho". -----

----- **DEPUTADO DOMINGOS HENRIQUES (PS):** "Vou ser rápido porque o Senhor Deputado Alceu já disse aquilo que eu pensava. O Executivo procedesse a uma investigação a nível de Concelho por causa da sinalização. Isto porquê, porque sabemos que, dado que o Código de Estrada foi alterado substancialmente, parece-nos que não temos esse problema mas temos, porque já há ruas nas aldeias que de facto, enfim não estão devidamente sinalizadas, infelizmente nem toponímia têm algumas Freguesias e portanto a questão da sinalização é muito importante hoje e eu quero-me referir concretamente ao seguinte. Não sei se será da competência do Município, da minha parte já tomei as devidas diligências e ainda não consegui, mas não sei se será da competência do Município o seguinte. No Alto de Justes, quando se corta para Vila Verde, para a Balsa, concretamente, não há qualquer indicação. Eu já fiz vários ofícios para a EP e ainda estou à espera de resposta. -----

Por outro lado também, dado que, felizmente na minha Freguesia o pastoreio voltou a renascer, isto é já há mais pastores do que não havia há dez anos, há placas que já estiveram lá, mas desapareceram com o tempo, mas isso também é muito importante para salvaguardarmos os pastores, o gado e as próprias pessoas que passam com os carros e de facto, a sinalização hoje é muito importante". -----

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** "A minha intervenção vai ao encontro daquilo que disse o Deputado Alceu Costa, uma intervenção feliz, oportuna e que gostaria que o Executivo acatasse de facto este aconselhamento, esta sugestão. Porque todos aqueles que intervieram antes de mim, de facto existem estas situações no Concelho que convinha corrigir o mais breve possível. -----

Contudo, eu vou um bocadinho mais longe, que tem a ver com aquilo que eu considero como sinalização turística. Há alguma anarquia naquilo que a gente encontra nalguns cruzamentos, de algumas localidades e até nas estradas nacionais e municipais, no que concerne aos vários tipos de sinalética, principalmente os sinais de direcção, que identificam turismos rurais, casas, monumentos, em que há uma diversidade de placas que de facto não condiz muito com aquilo que deveria ser uma sinalética elegante, correta e distintiva para o Concelho de Alijó. Portanto também uma chamada de atenção e uma preocupação para este Executivo fazer um

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

47

levantamento, no sentido de fazer uma sinalização turística com nível, com nobreza, porque já somos visitados por muita gente e eu acho que era um modo distintivo deste Concelho relativamente a isso".

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** "Já tudo quase foi dito, mas nós concordamos que no Bloco Habitacional que seja resolvido esse problema, que é o que está em moção e depois, que o Executivo faça um levantamento exaustivo, mesmo nas aldeias onde precisar de nova sinalização e com a GNR, porque dizem que alguns sinais não tem valor em caso de acidente, para fazer um verdadeiro levantamento e que corrijam algumas zonas que for preciso corrigir".

----- **DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS):** "Estou surpreendido porque nunca imaginei que uma Assembleia se pudesse pronunciar sobre estas questões de sinalética e de trânsito. No entanto, fico surpreendido e contente, porque posso testemunhar alguns casos não só em São Mamede, mas algumas aldeias do Concelho, onde a natureza e orientação do trânsito será fundamental para evitarmos situações de impasse, porque as ruas são estreitas, cada vez há mais automóveis e o que acontece é que há circuitos que deviam ser também organizados só de movimento único, porque de outro modo, em tempo de férias, ficamos encurralados e não temos natureza cívica para que a educação funcione."

E ia dar também como sugestão, mas quem sou eu para dar sugestões a este nível, uma sugestão que é a parte cívica do trânsito na vila. Acho que Alijó merecia e já era tempo de encarar uma área pedonal. E o que é uma área pedonal para mim? É que as pessoas possam circular independentemente dos automóveis e que possam usufruir um pouco da natureza que Alijó tem. Eu refiro-me mais concretamente aqui ao largo do plátano. O plátano é uma zona que civicamente devia ser respeitada. Claro que dizem assim, mas onde é que temos sombras? É evidente, não podemos ter tudo, mas esta natureza cívica também deveria ser contemplada num levantamento sinalético para futuro, não é só para o turista, mas para nós que vivemos aqui durante o ano inteiro.

E sobretudo uma recomendação, as placas dos autocarros são verdadeiras ratoeiras onde ardidamente a GNR aproveita para multar as pessoas, porque não têm visibilidade. Um amigo meu veio lá de baixo do Centro do país e foi multado sem saber porquê. Porque estava em Favaios, sem perceber que estava numa zona de autocarro, só que a placa estava talvez a cinco metros de altura. Isto é só uma advertência, porque também devemos dar seriedade àquilo que pomos como sinalética".

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Colocou para votação o ponto oito da ordem do dia "Aprovação de colocação de sinais de trânsito na zona envolvente do Conjunto Habitacional de Alijó – nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com 29 votos a favor.

Deu a palavra ao Senhor Vice-presidente para se pronunciar sobre o ponto acabado de votar. ---

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** "A ideia está acolhida, a proposta é de facto interessante e vamos tratar do levantamento do que existe do que poderia ser melhorado e dar-vos-emos conta do que for feito."

Quero-vos dizer ainda, relativamente à informação turística levantada pelo Senhor Deputado Telmo, já há algum tempo que pedi ao Senhor Arquitecto Henrique e ele já me apresentou um primeiro esboço, que me fizesse um estudo, quer do tipo de placa, porque há muita coisa, as adegas querem sinalização, as casas de turismo rural querem sinalização e de facto há aí

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

48

cruzamentos onde vemos uma amálgama completa de sinais vários, de todas as cores e feitios, quase sem nexos. Então eu pedi-lhe que me estudasse desde o tipo do prumo, ao tipo de placa, ao tipo de materiais e depois, teria obviamente que vir aqui à Assembleia, os Senhores, diriam de vossa justiça e passaríamos a implementar o modelo para o Concelho. E quem quisesse, digamos, em termos de informação turística dar a conhecer aquilo que pretende, teria que se cingir, obviamente, àquilo que esta Assembleia decidisse. Portanto, não está esquecida a questão, antes pelo contrário, estamos a trabalhá-la e acho que vamos trazer-vos uma proposta em breve".

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Introduziu o ponto nove da ordem do dia "*Procedimento para aquisição de pneus para viaturas Municipais – Tomar conhecimento, no âmbito da autorização genérica para dispensa de parecer prévio*". Deu a palavra ao Senhor Vice-presidente para esclarecer.

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Isto é só para tomarem conhecimento. Abriu-se procedimento para aquisição de pneus e é também um concurso plurianual. Entra no âmbito da autorização genérica para dispensa de parecer prévio concedida por esta Assembleia. Portanto, veio aqui só para tomarem conhecimento que foi aberto este concurso, está a decorrer e é para dois anos, até ao final de 2015".

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Abriu um período de inscrição, tendo-se inscrito os seguintes Senhores. Deputados: Alceu Costa, Telmo Pinto e Vítor Sequeira.

----- **DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD):** "Muito rapidamente é evidente que isto é só para dar conhecimento, portanto não é para votar. Mas já agora eu daria a minha opinião. Daquilo que li, se fosse eu a decidir, ou se me tivessem pedido a minha opinião, eu não faria um concurso, faria dois. Isto é, faria um dos pequenos serviços, a questão da substituição de um pneu, de um furo ou de um alinhamento de direcção e a aquisição de pneus. Por uma razão, eu sempre defendi e continuo a defender e até dou os parabéns por isso, porque as empresas consultadas são de facto do Concelho, mas neste ponto de situação, uma vez que não está em causa a marca do pneu, portanto é qualquer pneu, correm-se grandes riscos, que é ir buscar de facto pneus de muita fraca qualidade. E sendo assim, uma vez que está assim feita a coisa, se eventualmente consultassem fornecedores fora daqui, ou até feiras de pneus, teriam pneus com trinta ou quarenta por cento de certeza de desconto. Portanto, na minha opinião teriam sido feitos dois concursos e não um. Mas de qualquer das maneiras é apenas uma opinião.

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** "Pode não ter muito a ver com este ponto, mas tem de certa forma e é também aqui uma nota para o Executivo, que tem a ver com a estrada nacional 322-3, que liga o Pinhão até Favaiais, aquele piso abrasivo que tem, que é um limpa pneus, que é uma coisa impressionante, o que é que pode ser feito pela Câmara, no sentido de pedir às Estradas de Portugal para corrigirem esse piso, porque aquilo de facto é óptimo para este tipo de concursos, sem dúvida alguma. De maneira que é só esse apelo que eu faço ao Senhor Vice-presidente".

----- **DEPUTADO VÍTOR SEQUEIRA (PSD):** "Também da mesma forma que o deputado Telmo abordou a questão do caminho que liga Pinhão a Favaiais e por coincidência a minha intervenção vem também de encontro a essa matéria. Queria aproveitar este momento para agradecer ao Executivo o facto de terem resolvido o problema da minha Freguesia com o ajusto directo da beneficiação da estrada de Soutelinho/Ponte da Ribeira. No entanto, gostaria de saber e coloco essa questão ao Senhor Vice-presidente, para quando há previsão para o início das obras, tendo em conta que esta via é fundamental para a época de vindimas que se avizinha.

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*





ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Esta é uma preocupação muito sentida pelas nossas populações e não queria deixar acabar esta nossa reunião sem conseguir fazer esta questão ao Senhor Vice-presidente".

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Senhor Vice-presidente para responder às questões levantadas.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Aproveito a deixa e falo de outros muros. O muro de Soutelinho está adjudicado, está entregue, foi entregue sexta-feira. Tem um prazo de execução relativamente curto. É a empresa MAP que vai executar a obra.

Aproveitar também para dizer que os dois muros de Sanfins do Douro estão já adjudicados. Aliás hoje não apareceu, não sei se estive nos serviços técnicos, mas queria acordar a execução dos muros de Sanfins com o empreiteiro, porque queria que ele fizesse já o muro que caiu, antes da festa e combinar com ele, se tem ou não capacidade para executar o segundo antes da festa, de forma a que não interfira com as festividades. Se não, só depois da festa. Mas está entregue também.

Queríamos avançar seguidamente para o muro de Casal de Loivos, no Bairro Social. Será o próximo muro. E temos também um muro no Bairro Social de São Mamede de Ribatua, em que houve um acordo entre a Câmara Municipal e o vizinho do Bairro Social, um privado, que a Câmara em tempos construiu em cima do muro dele um aumento e que lhe danificou o muro, portanto vamos ter que o executar também. Portanto é isto em termos de muros, muito obrigado".

**PRESIDENTE DA MESA:** Introduziu o último ponto da ordem do dia, a Moção apresentada pelo Partido Socialista e a Recomendação apresentada pelo mesmo partido. Abriu um período de inscrições para se pronunciarem sobre a recomendação, tendo-se inscrito os Senhores. Deputados Telmo Pinto, Alceu Costa e António Lousa.

**DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** "Vou ser sintético relativamente a este ponto. No fundo, vou referenciar só o parágrafo em que se solicita, se pede à Câmara Municipal, no fundo para munir as Juntas de Freguesia de meios financeiros para poderem fazer algumas coisas que estão pendentes, mas sobretudo dar-lhes alguns meios financeiros para poderem executar as suas tarefas, que na grande maioria delas estão a executá-las muito bem e há aqui um parágrafo que eu gostaria de realçar, que tem a ver com a questão do reforço de coesão, os ganhos de eficiência e escala.

Algumas situações para não assistirmos aos Senhores. Presidente de Junta aqui a pedirem, porque têm um buraco não sei aonde, porque têm o passeio degradado na rua não sei das quantas, porque têm um aqueduto entupido, porque têm estas pequenas coisas, eu acho que são assuntos que se a Câmara Municipal transferir verbas para as Juntas de Freguesia, no sentido de acudir a este tipo de situações seria bem mais fácil e já se diz há muitos anos, que um euro, na altura escudos, mas um euro gastos por uma Junta de Freguesia corresponde a cinco euros de uma Câmara Municipal e a quinhentos euros do governo central".

**DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD):** "Eu quero dizer que esta Recomendação e esta moção de resto, merece o meu desacordo, porque não me parece muito sério. Porque de facto dizer-se que este Executivo, e estão a dar-lhe este cunho político, está a condenar pela sua actuação ao declínio de muitas Freguesias, eu acho que quem deu a verdadeira machadada nas Freguesias deste Concelho foi exactamente o Partido Socialista ao encerrar as escolas que encerrou, porque não é por acaso que das 311 que vão fechar agora, nenhuma é do nosso Concelho, porquê, porque já estão encerradas. Portanto, quem encerrou, por acaso até no

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

50

Expresso desta semana fala em quatro mil e tal escolas encerradas no país. Se agora vão encerrar 311 a outras foram encerradas pelo Partido Socialista. Portanto, no caso do nosso Concelho é gritante, não há nenhuma para encerrar porque já foram encerradas pelo Partido Socialista.

Eu gosto pouco de falar em Partido Socialista ou Partido não sei quê, mas como aqui estão sempre a falar de PSD, também tenho que dizer o mesmo, foi o Partido Socialista que encerrou as escolas todas deste Concelho”.

———— **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** “Depois de a Câmara se pôr à disposição das Juntas, com uma equipa técnica, para resolver o problema das transferências de todos os casos, por mim, esta recomendação quase que deixa de ter sentido”.

———— **PRESIDENTE DA MESA:** Perguntou se o Senhor Deputado Carlos Guedes gostaria de se pronunciar, dando-lhe a palavra para o fazer.

———— **DEPUTADO CARLOS GUEDES (MAIS):** “Houve a ordem de inscrições e o Senhor Deputado António Louisa não se inscreveu”.

———— **PRESIDENTE DA MESA:** “Desculpe, inscreveu-se no limite, é verdade. Mas também já abri uma excepção, que há bocado deixei falar a D.<sup>a</sup> Eduarda já depois, portanto não estamos a ser rigorosíssimos. Aliás, por princípio não sou rigorosíssimo nestas coisas. Deve haver rigor noutras coisas. Mas quer falar Senhor Deputado?”

Senhor Deputado Telmo, esta recomendação quer que seja sujeita a votação, ou segue apenas como recomendação?”

———— **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** “Eu punha à consideração da Mesa se assim o entenderem. Se a Mesa entender que não deve ser votada, por mim está tudo bem, não há problema nenhum”.

———— **PRESIDENTE DA MESA:** Após consulta aos restantes Membros da Mesa, o Senhor Presidente da Mesa informou que seria apenas considerada como recomendação.

Passou de seguida à discussão da Moção e abriu um período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores. Deputados Alceu Costa, António Louisa e Telmo Pinto.

———— **DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD):** “A respeito desta Moção ao ler aqui «criticar a forma como o actual governo tem tratado a Instituição da Casa do Douro», pergunto aos presentes, como é que os governos que estiveram lá nos últimos quinze, vinte anos trataram a Casa do Douro? Lamentavelmente assim é verdade.

Eu por acaso houve uns anos que fiz parte do Conselho Agrário e aquilo que a Casa do Douro queria, a direcção, era resolver o problema da dívida, que lhe deixassem vender o vinho. É evidente que se calhar eu nem concordo com a solução que estão a apresentar. Eu se calhar gostava de ver na Casa do Douro o IVDP, juntamente, gostava de ver lá esses organismos todos juntos para trabalharem. Mas uma coisa é certa e nisso acho que estamos todos de acordo. A forma como aquilo está é que não é solução nenhuma. Qualquer pequeno agricultor, dos mais analfabetos que há por aí, se lhe perguntar a Casa do Douro, ah a Casa do Douro já acabou. Portanto, essa é que é a verdade. Portanto, ter que mudar será sempre melhor do que estar como está”.



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

67

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** “O Grupo Parlamentar do PSD concorda com a Moção, só não concorda com o primeiro ponto. Se nós votarmos esta Moção, ou é retirado o primeiro ponto ou fazemos uma declaração de voto”.

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** “Esta Moção tem a ver um pouco também com os acontecimentos recentes, relativamente à acção do governo na solução, ou no encontro da solução, para a Casa do Douro. E nós, obviamente estamos preocupados com a Casa do Douro, o Partido Socialista e se pusermos as coisas do ponto de vista político-partidário, o Partido Socialista já passou por lá, porventura poderia ter feito mais do que aquilo que fez pela Casa do Douro, mas a verdade é que estamos perante uma proposta concreta do actual governo. Porque é o governo do PSD/CDS. Se fosse um governo do PS, porventura eu estaria aqui a apresentar uma Moção com o mesmo enquadramento, daquilo que é a defesa dos lavradores durienses. ---

Contudo, não podemos estar de acordo com aquilo que é o transformar a Casa do Douro, tal e qual como está previsto, e se adivinha que possa vir acontecer, a Casa do Douro como uma instituição privada, isso vai acabar definitivamente com a Casa do Douro. Se é isso que pretendem, esse é o caminho. Não é o nosso caminho. Eu acho que deveriam estudar uma forma de transição do actual modelo da Casa do Douro, para um novo modelo. Poderia até mais tarde vir a ser uma entidade, ou uma instituição, uma associação privada, mas com um modelo de transição. É isto que defendemos e por tal apresentamos esta Moção”. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** “Então não está disposto a retirar este primeiro ponto?” -----

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** “Não”. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** “Então vamos colocar a votação e depois o PSD, se quiser, fará a declaração de voto”. -----

A moção foi aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor e cinco abstenções. Deu a palavra ao Senhor Deputado António Louisa. -----

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** “O Grupo Parlamentar do PSD irá fazer chegar à Mesa a declaração de voto posteriormente”. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Questionou se havia algum elemento do público que quisesse intervir na reunião, tendo-se inscrito o Senhor Eng.º Rogério Bessa. -----

----- **ENG.º ROGÉRIO BESSA:** Cumprimentou todos os presentes e disse: “Eu gostaria só de fazer dois pequenos comentários, ou duas propostas, neste caso, ao Executivo Municipal. -----

No seguimento ao ponto relativamente aos sinais de trânsito, eu já falei nisto algumas vezes, mas faço-o agora aqui publicamente e formalmente, eu fazia uma proposta. Eu acho que era importante que esse serviço ao nível do Concelho fosse feito em duas fases, para funcionar minimamente bem. Primeiro, a legitimação daquilo que existe. Muita da nossa sinalização não chegou a passar efectivamente por esta Assembleia Municipal, algumas pessoas sabem que isso tem gerado alguma problemática no que diz respeito às multas e às confusões com a GNR e era importante fazer um levantamento exaustivo do que existe, independentemente de estar bem, ou estar mal, fazer esse levantamento, trazer à aprovação da Assembleia e automaticamente é feita a legitimação do que existe. -----

E depois, com base nesse levantamento, numa segunda fase, fazer o trabalho de alteração e correcções e trazê-lo novamente aqui à Assembleia e corrigir efectivamente aquilo que está mal

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

52

e de facto há aqui algumas situações, nomeadamente dos sentidos únicos, que podiam ser corrigidos, nomeadamente aqui na vila de Alijó. -----

Por fim, a outra proposta que eu faço também ao Executivo é um bocado no seguimento e à imagem daquilo que outras câmaras estão a fazer é que o próximo orçamento municipal seja um orçamento participativo, ou seja, quer as instituições, quer o cidadão comum, possam de alguma forma também dar a sua opinião e ajudar a construir um orçamento que se adequa muito mais à realidade do Concelho. São as minhas duas propostas para a Assembleia de hoje, muito obrigado". -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Perguntou de seguida ao Senhor Vice-presidente se pretendia usar da palavra. Não querendo usar da palavra deu por terminados os trabalhos.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

=====

Acta aprovada na sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de setembro de 2014, com as correcções requeridas pelos Senhores Deputados: -----

Deputada Filomena Nogueira: -----

Página 19, 5.º parágrafo: onde se lê "nomeadamente nas estradas mais estradas", deve ler-se "nomeadamente nas estradas mais estreitas"; -----

Deputado Luis Lameiras:-----

Página 6, 2.º parágrafo, linha 3: onde se lê "uma banda", deve ler-se "a banda";-----

Página 7, 2.º parágrafo, linha 2: onde se lê "decorrendo a várias iniciativas", deve ler-se "decorrendo as várias iniciativas";-----

Página 7, 3.º parágrafo, linha 4: onde se lê "alguns anos desta parte", deve ler-se "alguns anos a esta parte";-----

Página 34, 2.º parágrafo, linha 2: onde se lê "passe a expressão, vou-lhe renumerar aquilo que os Senhores disseram" deve ler-se "passo a expressão vou-lhes rememorar aquilo que os senhores disseram";-----

Página 34, 5.º parágrafo, linha 6: onde se lê "a desertificação do nosso concelho e ao abandono das terras", deve ler-se "a desertificação do nosso concelho e o abandono das terras". -----

A Mesa

Filomena Nogueira

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-06-30